



Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Curso de Psicologia

SUBJETIVIDADE DOS PARECERES PSICOSSOCIAIS EM CASOS DE GUARDA NA JUSTIÇA

Joana d'Arc Cardoso dos Santos

Brasília
Junho/2005

JOANA D'ARC CARDOSO DOS SANTOS

**SUBJETIVIDADE DOS PARECERES
PSICOSSOCIAIS EM CASOS
DE GUARDA NA JUSTIÇA**

Monografia apresentada como
requisito para a conclusão do
curso de Psicologia do UniCEUB
Centro Universitário de Brasília.
Professor Orientador :
Dr. Fernando Luis González Rey

Brasília, Junho de 2005

Aos meus irmãos e à minha mãe pelo apoio e compreensão em função de meu distanciamento durante esses anos de curso. Às minhas colegas, sobretudo aos sujeitos da pesquisa que deu origem a esta monografia, pela dedicação e apoio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas da Seção de Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Programas Psicossociais pela compreensão e apoio durante os cinco anos de curso, especialmente no período de elaboração desta monografia, os quais proporcionaram a tranqüilidade necessária para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Às minhas irmãs Rosa e Cida pela amizade, carinho, atenção, cuidado e pelas palavras de incentivo e serenidade que me transmitiram, auxiliando-me nos momentos em que estive assoberbada de trabalhos.

Às minhas colegas de curso: Nilce, Marinêz e Érika por me propiciarem espaço para o compartilhamento de dores e alegrias durante o curso.

À professora Shyrlene Nunes Brandão que me incentivou no sentido de buscar aprofundamento do estudo da pesquisa qualitativa.

Ao professor **Dr. Fernando Rey**, por ter despertado o meu interesse pela teoria da subjetividade e por ter me conduzido pelos caminhos da pesquisa qualitativa que sempre me provocou curiosidade, interesse e dúvidas, gerando certa inquietude e o desejo de aprofundamento. Também pela transmissão de confiança no meu potencial de crescimento, ao incentivar sempre o meu processo singular de expressão, possibilitando uma segurança maior e um acentuado prazer durante a produção desta monografia, o que se traduziu em um novo sentido para a minha formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
Capítulo 1: SITUANDO O CAMPO TEÓRICO.....	10
1.1 Assessoria Psicossocial a Juízes na Produção de laudos e Pareceres..	10
1.2 O Mundo Feminino: Mães que Cuidam, Profissionais Cuidadoras	17
1.1 A Teoria da Subjetividade.....	18
1.1 Questões Sócio-Jurídicas para a Abordagem do Tema	23
Capítulo 2: RECURSOS METODOLÓGICOS.....	27
2.1 Conversando sobre a Pesquisa.....	27
2.1.1 O Tipo de Pesquisa.....	27
2.1.2 Justificativa do Cenário.de Pesquisa.....	31
2.1.3 Sobre os Instrumentos.....	32
2.1.3.1 Entrevista Semi-Dirigida.....	33
2.1.3.2 Complemento de Frases.....	34
2.1.4 Definição dos Sujeitos.....	34
2.1.5 Procedimentos.....	35
Capítulo 3: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO	38
3.1.Os sujeitos e suas Reflexões sobre o Parecer.....	38
3.2.O Profissional e sua Configuração Subjetiva.....	43
3.3 A Busca de Conhecimento e Crescimento Pessoal	44
3.4. Importância do Cenário para Construção da Informação com Famílias..	47
3.5. Configuração Pessoal como Dificultadora na Produção de Pareceres....	47
3.6. A. Questão de Gênero e o Valor da Maternidade para os Sujeitos.....	50
3.7 Contribuem na Produção de Parecer: Maternidade ou Maturidade?.....	54
3.8. Visão sobre Figura Masculina, Casamento e Vida Familiar.....	56
3.9. Os Conflitos Pessoais Frente ao Trabalho Desenvolvido	58
3.10. A Visão Positiva sobre o Trabalho e a Equipe.....	61
CONCLUSÕES.....	63
APÊNDICES.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

RESUMO

A questão da subjetividade, historicamente combatida no paradigma positivista da psicologia, adquiriu força na pós-modernidade, revelando-se um marco na construção de sentido, considerando sobremaneira a singularidade de cada sujeito, seu espaço social e individual. Sob esse prisma, o sujeito é considerado em seu cenário, e a comunicação torna-se fundamental para a construção da informação. Nesse processo, a interação entre pesquisador e pesquisado é primordial. Na atuação profissional, o psicólogo entrará nesse processo de construção da informação com os sujeitos atendidos. No âmbito da Justiça, igualmente, o profissional que produz pareceres necessitará desse cenário e dessa interação com os sujeitos envolvidos em processos a fim de, ao final de seus estudos psicossociais, obter o seu objetivo: emitir um parecer ao magistrado demandante. Nessa tarefa, envolvem-se as subjetividades dos sujeitos atendidos e daqueles que atendem. O presente trabalho visa investigar a influência da subjetividade na produção de pareceres psicossociais em casos de guarda na Justiça, buscando-se conhecer crenças, representações sociais, questões de gênero, o impacto emocional dos casos atendidos sobre os psicólogos e os vínculos entre os elementos subjetivos e as sugestões nos casos. Para este estudo, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, sendo realizado estudo de caso com dois sujeitos, psicólogos do Serviço Psicossocial Forense (SERPP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. Os instrumentos utilizados foram entrevistas e complemento de frases. Na análise desses, pôde-se conhecer as configurações individuais de cada sujeito e correlacionar os elementos subjetivos com a atuação profissional dos sujeitos. Embora seja requerida objetividade nesse tipo de documento escrito, observa-se que a subjetividade está, necessariamente, sempre presente na atuação profissional e, em consequência, surgirá nos pareceres. Entre as questões subjetivas apareceram as relacionadas a gênero, à maternidade, à dificuldade de lidar com casos de abuso sexual e de oferecer sugestões nos casos em que a família não chegou a um acordo sobre a guarda. Nessa pesquisa ficou evidenciado que na forma de abordar os casos para emissão de parecer sobre guarda, não há, nos sujeitos estudados, uma primazia de uma verdade, mas sim uma tendência à processualidade. A missão deste estudo foi de buscar compreender essas questões, procurando oferecer uma contribuição para a construção do conhecimento nesse campo teórico. Espera-se que esse objetivo tenha sido cumprido, sobretudo no que tange à construção de novos sentidos para a psicologia clínica, em consonância com o paradigma pós-moderno, e possa repercutir nas práticas dos profissionais no âmbito do Judiciário.

Palavras-Chave: Subjetividade; parecer psicossocial; pesquisa qualitativa, guarda.

A realidade que se quer captar é a mesma para todos, mas para captar é preciso concepção teórica dela, que pode ser diferente em todos, dependendo do que se define por ciência, por método, ou do ponto de partida e do ponto de vista, ou da ideologia subjacente ou de circunstâncias sociais condicionantes ou condicionadas por interesses históricos dominantes.

Pedro Demo

Realizar um estudo sobre a subjetividade presente nos pareceres psicossociais em casos de guarda de filhos na Justiça revelou-se um problema de interesse para estudo no sentido da construção do conhecimento uma vez que se entende ser, até agora, pouco explorado. Acredita-se ainda em sua importância como tema de estudo na medida em que se tem percebido que, nos últimos anos, muitos questionamentos têm surgido em relação a documentos escritos por profissionais da área de psicologia e serviço social, tais como laudos e pareceres.

Discussões são provocadas no espaço de trabalho e mesmo em eventos mais ampliados como congressos das categorias, mas sabe-se que perduram dificuldades no concerne não só à delimitação do que expressar em tais documentos escritos, mas, sobretudo, no que é inevitável nos casos de disputa tratados na Justiça – a existência de duas partes contrárias. Significa que uma decisão não sendo de consenso sempre deixará um lado descontente, propenso a criticar o parecer ou laudo e até mesmo pedir sua impugnação. Há, inclusive, os casos em que a parte insatisfeita recorre aos conselhos regionais das profissões. É sabido que o maior número de processos éticos, atualmente, refere-se a essa temática.

Paralelo a esses questionamentos e ações relacionadas a esses documentos, é comum os profissionais, em suas discussões de equipe, levantarem reflexões sobre as possíveis implicações existentes no fato de o trabalho ser realizado apenas por mulheres. Acredita-se na legitimidade de tal preocupação na medida em que se sabe ser diferenciada a formação de identidade feminina. Além disso, deve-se reconhecer que há uma configuração diferenciada nas mulheres por razões das quais se falará mais tarde nesta monografia e que se mostram de tamanha importância na análise a que se procederá neste trabalho. Além da questão de gênero propriamente dita, Corrêa e Andrade (2004) realizaram levantamento sobre a equipe que elabora pareceres no SERPP e fizeram a constatação de que das 20

profissionais, oito eram solteiras; nove, casadas e três eram separadas. Portanto, mais da metade (12) experienciava ou já experienciara a convivência conjugal. Desse total de 20, oito eram mães. Dentre estas, quatro vivenciaram uma separação conjugal e todas permaneceram com a guarda de seus filhos.

Percebe-se que somadas à questão de gênero, há situação civil, a experiência com a conjugalidade e maternidade, que podem revelar diferenças na configuração pessoal entre as profissionais já que a singularidade existe. Dentre os aspectos singulares, a maternidade apresenta-se como uma vivência que cabe ser também ressaltada. Deve ser considerado o fato de ser mãe ou não, de haver possibilidade de agir com tendenciosidade em casos em que se reporte a representações pessoais, em questões que ressoem dificuldades individuais. E o que dizer das emoções e dos sofrimentos ao se lidar com tais conteúdos? São dilemas que, no cotidiano, a profissional que realiza os atendimentos às famílias pode se deparar e colocar-se em um impasse difícil de superar. Acredita-se, sobretudo, que isso pode ser mais forte e conflituoso quando a profissional se posiciona ou se vê com clareza, no cenário a que pertence – A Justiça. Vários podem ser seus questionamentos, suas dúvidas, cobranças, frente à tarefa que tem a cumprir – produzir um parecer psicossocial que subsidie a decisão do juiz. Há um peso e uma importância (status). Peso na medida em que seu parecer poderá conduzir, no mínimo, a uma decisão sobre vidas (dos filhos dos requerentes¹) e importância (status) ao passo que os juízes que solicitam tal estudo e parecer prescindem dele para sentenciar o processo. Isso, portanto, pode oferecer um valor e um reconhecimento aos profissionais que o realizam.

Mas, e se esse parecer não for de qualidade e não corresponder ao que o magistrado espera ou mesmo os advogados e até as partes? E se as críticas ofuscarem todo o trabalho e dedicação à sua consecução? Seria possível fazê-lo melhor? É a subjetividade de cada um que o piora ou melhora? Muitas indagações são possíveis no que concerne a esse tema. Uma possível dificuldade talvez seja o fato de aqueles que buscam a Justiça, muitas vezes, estarem preocupados em estabelecer a verdade e não em entrar em entendimento e construir ou qualificar várias verdades que possam ser úteis a eles e a outros (os filhos). Com certeza, conforme refere Neubern (2004), não se buscará isso, pois a terapia não visa descobrir uma informação ou uma verdade que vá confirmar o saber do terapeuta.

No caso da Justiça, pode-se estar vislumbrando confirmar hipóteses de terceiros como a outra parte, o advogado de um ou de outro e assim por diante. Tudo isso pode inviabilizar um trabalho produtivo e a própria consecução de um parecer que seja benéfico a todos.

Por todas essas idéias ora expostas, é inegável que a escolha desse tema traz uma série de atrativos e desafios por ser instigante, provocador de curiosidades e interesse geral no meio acadêmico e no âmbito da Justiça uma vez que se anseia por respostas acerca desse tema (as quais não estou certa de que alcançarei). O intuito é, por certo, construir conhecimento a respeito da subjetividade na produção de pareceres psicossociais na Justiça, um campo que pede objetividade, e isso será uma construção conjunta com sujeitos que estão desenvolvendo o seu trabalho de produzir tais pareceres. Portanto, talvez o que se obtenha sejam novos questionamentos e reflexões que possam contribuir para novas reflexões e discussões; enfim, o não-acabado, nenhuma verdade ou diagnóstico da realidade das profissionais que realizam tal trabalho. Isso até porque não se pretende alcançar qualquer verdade, pois isso seria incongruente com a epistemologia qualitativa.

Tem-se ainda como objetivo conhecer as crenças e Representações Sociais dos psicólogos sobre os pareceres; os elementos subjetivos advindos da representação social de cuidador presentes nos pareceres psicossociais; como as questões de gênero influenciam a atuação dos psicólogos e assistentes sociais que atendem as famílias na Justiça; buscar vínculos entre os elementos subjetivos dos profissionais e as sugestões apresentadas nos pareceres e conhecer o impacto emocional dos casos da Justiça sobre os profissionais. São objetivos audaciosos, mas busca-se alcançá-los no decorrer desta monografia.

Para a consecução desse trabalho lançar-se-á mão de estudos e teorias do direito, uma vez que estudar a questão da guarda obriga o estabelecimento a conceitos e definições na área do direito e, ademais, o campo em que se processou esse estudo foi o jurídico. Vários autores que tratam do tema parecer também fizeram estudos que mostram uma interface entre a psicologia e o direito, na área da psicologia jurídica. Percebe-se, assim, que essas áreas caminham muito juntas quando se trata de temas psicossociais. Constata-se que há alguns trabalhos já publicados sobre a atuação psicossocial na Justiça. Alguns até discutem sobre a produção de laudos e pareceres, contudo desconhecem-se trabalhos científicos

¹ Requerente – Pessoa que requer, pretendente. (Dicionário Brasileiro Globo, 2001).

sobre a subjetividade dos profissionais que elaboram tais documentos. Daí porque se entende ser fundamental um estudo dessa natureza.

As teorias psicológicas e sociais sobre o divórcio, gênero, sujeito e subjetividade, emoção, além daquelas específicas de metodologia científica, especialmente as que abordam a pesquisa qualitativa, também aparecerão no decorrer deste trabalho, seja no capítulo teórico ou no bojo da análise da construção da informação. Espera-se que com esse referencial se possa contribuir para o conhecimento científico na área da psicologia e para conduzir a reflexões práticas no campo judiciário. Por fim, guardado o espaço da modéstia, almeja-se que os participantes da pesquisa (sujeitos pesquisados e pesquisadora) encontrem nesse processo novas zonas de sentido que lhes propiciem mudanças pessoais e profissionais, pois se acredita ser esse o intuito maior da construção do conhecimento.

Tendo em mente essas considerações iniciais, o primeiro capítulo situará o leitor no campo da pesquisa propriamente dito, qual seja a assessoria psicossocial a juízes por meio da produção de pareceres. Nesse momento, procurar-se-á historiar o surgimento de serviços que prestam essa assessoria, da mesma forma que se fará um breve histórico sobre a evolução dessas atividades. Serão conceituados, desde já, perícias, pareceres e laudos, além de guarda, e buscar-se-á oferecer uma visão das leis mais correlacionadas à questão. Nesse mesmo capítulo, tratar-se-á brevemente da questão de gênero e, finalmente, da teoria da subjetividade.

O capítulo 2 tratará da metodologia adotada para a realização dessa monografia, possibilitando ao leitor ter uma visão sobre o tipo de pesquisa, o local em que ela se processou, as características dos sujeitos, contexto e ainda a descrição de seus instrumentos bem como os procedimentos para a consecução da investigação.

O capítulo final trará os resultados com a análise da construção da informação, esperando-se que haja contribuição no sentido de ampliar o conhecimento na área ora abordada.

CAPÍTULO 1

O teórico não se verifica nem se pode desvalorizar por critérios empíricos que, de fato, respondem a referentes teóricos anteriores à idéia teórica inovadora. Cada sistema teórico tem de ser capaz de produzir seu próprio momento empírico, sem o qual corre o risco de ficar afogado no sistema teórico antecedente, o qual é socialmente dominante no momento em que a idéia nova aparece.

F. L. González Rey

1.1. ASSESSORIA PSICOSSOCIAL A JUÍZES COM PRODUÇÃO DE LAUDOS E PARECERES

A família tem sofrido diversas mudanças no decorrer da história em função de inúmeros fatores e, dentre eles, é possível se destacar o fenômeno do divórcio. Este, conforme acentuam alguns autores, como é o caso de Grzybowski (2002) é uma crise inesperada do ciclo evolutivo de vida familiar. Sendo assim, acentua a autora que ele representa um momento de grandes transformações e, via de regra, leva à reorganização familiar.

Com o advento do divórcio no Brasil (Lei nº 6.515/77) e de uma série de mudanças resultantes de movimentos sociais como o feminismo, o pacifismo e a liberação sexual, registra-se uma crescente proliferação de casos de separação judicial e de acordo com Grzybowski (2002), o número de divórcios quase dobrou em 10 anos, atingindo atualmente, 200.000 por ano, o que equivale a um divórcio a cada quatro casamentos. Conseqüentemente, há que se pensar em uma elevação de demandantes de guarda de filhos na Justiça. Conforme salienta Leite (2003):

A ruptura, ou a desunião da família, cria, imediatamente, a problemática da guarda dos filhos que será atribuída ao pai ou a mãe. Duas são as possibilidades oferecidas pela lei: o acordo entre as partes e, na sua ausência, a determinação da guarda por via judicial (p.257).

Nessa citação exposta, surge a idéia do momento em que a assessoria psicossocial terá espaço de intervenção: nos casos em que as partes não logram acordo. Portanto, a atuação será exatamente junto às famílias em que há conflito ou

disputa e que, antes de determinar com quem ficará a guarda, baseando-se apenas na lei e no que trazem as partes durante a primeira audiência, o juiz determina a intervenção dos profissionais da área psicossocial.

A Lei do divórcio estabeleceu que, nos casos de separação em que a responsabilidade fosse de ambos os cônjuges, a guarda dos filhos deveria ser da mãe, a não ser que o juiz verificasse que poderia haver qualquer prejuízo de ordem moral aos mesmos. Assim, recaía sobre a mulher a função de cuidar de sua prole. Na atualidade, conforme salientam Corrêa e Andrade (2004):

a legislação brasileira afeta a questões de família reconhece a igualdade entre homem e mulher, notadamente nos campos da conjugalidade e da parentalidade. Contudo, percebe-se que ainda é fortemente presente na cultura brasileira o posicionamento que privilegia a mãe na definição da guarda de filhos menores. Parece que o 'instinto maternal' é um valor moral e cultural a ser preservado socialmente (p.3).

Posto isso, frente ao estabelecido na lei, e mesmo às tendências apontadas socialmente, os requerimentos por guarda na Justiça acabavam gerando decisões judiciais que privilegiavam as mães. Isso, no entendimento de Corrêa e Andrade (2004) decorreria do fato de os juízes, da mesma forma que os demais cidadãos, estarem inseridos no contexto social que pactua dos valores culturais onde se privilegia a mãe no cuidado aos filhos. Portanto, os magistrados também participariam da construção e manutenção de tais valores que se mantêm na sociedade. Em função dessa prevalência da mãe e, sem se desconhecer todo o conflito gerado pela fase do divórcio, uma demanda extra era comumente criada, frente ao fato de os pais se sentirem injustiçados por perderem o contato com seus filhos. Os casos de disputa de guarda passaram a requerer uma atuação cada vez mais acurada de toda a rede de profissionais que atuam na Justiça: magistrados, advogados, promotores, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, dentre outros. Ademais, a complexidade dos casos que ali se apresentavam parecia exigir não só uma atuação complementar entre profissionais, mas a manutenção de permanente assessoria de uma equipe psicossocial aos juízes em suas decisões.

Conforme ressalta Silva (2003):

*A evolução conjunta do Direito com a Psicologia gera então a **Psicologia Jurídica**, considerada apropriada para abarcar as questões aí envolvidas pelos psicólogos nomeados peritos para dirimir controvérsias no campo da*

psique, e trazidas ao Judiciário, no que se refere aos conflitos emocionais e comportamentais, através de laudos e pareceres que servem de instrumentos indispensáveis para que o juiz possa aplicar a justiça (p.9).

Diante do exposto por Silva (2003), o psicólogo que atua eminentemente dentro do sistema judiciário é o psicólogo judiciário, sendo seu trabalho o de analisar a dinâmica familiar das pessoas envolvidas em litígios nas Varas de Família ou na Vara da Infância e da Juventude. Portanto, será sobre a ação desse profissional que o presente trabalho versará.

Silva (2003) frisa ainda a importância da contribuição da Psicologia para o Direito, no sentido de humanizar o Judiciário no caminho da construção do ideal de justiça que é, no seu entendimento, uma das mais impossíveis demandas dos indivíduos. Complementando essa discussão, a autora reporta-se à idéia de Miranda Jr. (1998), salientando que “*o ideal de justiça significa que a justiça deve permanecer como objetivo ético a ser alcançado sempre pela nossa subjetividade incompleta*” (p. 10).

Foi em função dessa importância que vários serviços de assessoria a magistrados em suas decisões foram criados no Brasil, embora Silva (2003) frise que o psicólogo é visto mais como funcionário do que como assessor na instituição judiciária. Em São Paulo, consta que a regulamentação da atuação do psicólogo judiciário nas Varas da Infância e da Juventude e nas Varas de Família e Sucessões ocorreu por meio de Provimentos do Conselho Superior de Magistratura (236/85) e da Corregedoria Geral de Justiça (6/91). Em Brasília, em 1984, houve a criação do Setor de Estudos Técnicos (SET), hoje Seção de Estudos Técnicos, por meio de um Plano Básico de Ação – PBA na Vara da Infância e da Juventude, constituído de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assessora ao Juiz (Art. 151 do E.C.A.) em processos de Guarda, Tutela, Emancipação, Destituição do Pátrio Poder e Regulamentação de Visitas e em casos de crianças ou adolescentes em situações de risco social e pessoal (Art. 98, ECA). E, posteriormente, em 1988, a Portaria VIJ 01/88, Transformou a Coordenadoria Técnica em Setor de Estudos Técnicos criando as Seções de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

Já o Provimento 027 de 1992 criou o Serviço Psicossocial Forense (SERPP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) com atribuições, dentre outras, de:

*...atuar nos autos encaminhados ao Serviço pelas autoridades judiciárias e administrativas, fornecendo relatórios e pareceres técnicos dos casos estudados; apresentar no prazo que lhe for assinado, os relatórios dos casos estudados; preservar o sigilo dos relatórios e pareceres elaborados pelo Serviço, dependendo de expressa determinação da autoridade competente o acesso às informações neles contidas.*²

As comunicações realizadas em Congressos e simpósios da área de psicologia e serviço social têm dado conta de que o trabalho dos psicólogos e assistentes sociais na justiça tem ocorrido nas mais diversas atividades, atendendo a determinações de juízes de Varas Criminais, Juizados Especiais, Varas Cíveis, de Família e Varas da Infância e da Juventude. Conforme frisa Cezar-Ferreira (2004), as perícias são, até a atualidade, o único recurso psicológico previsto em lei para auxílio à Justiça de família, podendo também representar um meio de auxílio às famílias que recorrem à Justiça. Nesse sentido, em artigo escrito em co-autoria com a diretora do Serviço acima referido, a autora dessa monografia pôde ressaltar:

O desenvolvimento do presente trabalho com famílias no contexto judicial levou-nos a pensar que a escolha da Justiça, pelas famílias, traz em si um pedido de ajuda e uma demanda de decisão e revela que a família com dificuldades de separação compartilha entre os seus membros a crença de que todos devem permanecer unidos até que a morte os separe. (Santos & Lima, 2003, p. 159).

Sem dúvida, no Distrito Federal, a Vara da Infância e da Juventude e as de Família são as que mais contam com profissionais no trabalho de assessoramento, por força da própria lei (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). Essa lei prevê a intervenção de equipe interprofissional com o objetivo de assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, fornecendo subsídios psicossociais ao juiz acerca do contexto familiar, além da intervenção na dinâmica familiar a fim de orientar, encaminhar e prevenir problemáticas familiares. De igual modo, o Código de Processo Civil - CPC prevê a intervenção de perito no processo judicial (art. 145 e segs.) naqueles casos em que o juiz determinar, de ofício ou por requerimento das partes. Evidencia-se que a atuação nos casos de família tem apresentado crescimento nos últimos anos seja com juízes estabelecendo uma assessoria em

² Provimento Geral da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

sua própria Vara, seja criando-se serviços compostos por equipe (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) que oferecem assessoramento por meio de estudos de casos, intervenções e emissão de pareceres.

No Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o SERPP é composto de cinco seções, sendo que três delas, denominadas Seção Psicossocial Forense - SEPAF (nos Fóruns de Brasília, Taguatinga e Sobradinho) prestam assessoria aos magistrados nas decisões relativas aos casos de família (ações de Guarda e Responsabilidade, Regulamentação de Visitas, Tutela, Separação Litigiosa, Divórcio, dentre outras). Observa-se, que desde a criação do SERPP, o número de casos atendidos tem aumentado consideravelmente e, nos últimos anos, eles foram os seguintes: em 2000, 392 casos; em 2001, 403; em 2002, atenderam-se 516 casos; em 2003, 645 e, em 2004 (até outubro), a soma foi de 677. Cabe ressaltar que as atividades de uma das seções que realiza os estudos de famílias foram interrompidas por um período, em 2004, devido a um fato contingencial ocorrido no TJDFT. É possível, portanto, que, nesse último, ano o número fosse superior ao apresentado.

A equipe que atende às famílias conta atualmente com 13 psicólogas e oito assistentes sociais. O crescente número de casos encaminhados pelos juízes para estudos revela que há grande aceitação por esse tipo de trabalho no âmbito da Justiça e, ao mesmo tempo, que existe uma necessidade constante de adequação e mudanças na prática, visto que até mesmo o campo da Justiça é dinâmico e as formas de intervenção precisam ser repensadas. Acerca dessa questão, Cezar-Ferreira (2004), afirma:

As perícias psicológicas tradicionais visavam a levantar dados de personalidade e a fazer prognósticos, fundamentando-se, sobretudo, na aplicação de testes. As modernas perícias relacionais, na Família, visam a investigar, contextualmente, as inter-relações familiares, a compreender a estrutura de funcionamento da família e a verificar a flexibilidade para a realização de mudanças (p.117).

Embora haja diferença entre um trabalho de perícia e um estudo psicossocial realizado para produção de parecer, nos moldes em que as SEPAF's atuam, onde, além da compreensão sistêmica, existem intervenções no sentido da mudança, há certa analogia entre esse trabalho e o que diz Cezar-Ferreira (2004). Do profissional que realiza os estudos com vistas à elaboração de parecer espera-se, então, o

oferecimento de elementos que facilitem a decisão do juiz. Conforme definido no Dicionário Brasileiro Globo, por Fernandes, Luft & Guimarães (2001): “O parecer é uma informação de caráter oficial em que um técnico, especialista ou funcionário emite juízo sobre uma questão, um pedido ou processo.” (p. CLII). Os autores acrescentam que, além da emissão desse juízo, o texto deve situar o assunto, expor as razões pró e contra, com fundamentação, mediante apresentação de dados técnicos. Também Silva (2003) expõe o conceito de parecer apresentado pelo CFP em sua resolução nº 17/2002: “uma manifestação técnica fundamentada e resumida sobre uma questão focal do campo psicológico, cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.” (pp.172/3). A mesma resolução, conforme a autora esclarece, expõe a finalidade do parecer, qual seja a de oferecer uma resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, por meio de avaliação técnica especializada, de uma “questão-problema”, a fim de dirimir dúvidas que possam interferir na decisão, exigindo competência no assunto.

Observa-se, contudo, que entre os operadores do direito ainda prevalece uma expectativa em grande parte de que o parecer ofereça respostas bastante lineares, do tipo causa efeito. Coimbra (2004) em estudo acerca de pareceres psicológicos na Justiça, ao questionar tais operadores sobre o parecer evidencia de forma geral que eles concebem a necessidade de que haja uma correlação entre causas, conseqüências e argumentos fundamentados. Isso retira, de certa forma, a possibilidade de se ter a perspectiva de apresentação de um parecer que retrate como os sujeitos se mostram naquele momento, caminhando na linha de uma processualidade, e não de um sujeito acabado. Mas, contraditoriamente, os mesmos entrevistados definiram o parecer psicológico “como dizendo respeito a aspectos subjetivos, afetivos, implícitos, emocionais, internos, comportamentais” (p. 5), portanto não coadunando com uma visão linear.

É interessante notar que existe nas SEPAF's do TJDF, há cerca de 8 anos, uma tendência a buscar vencer a dicotomia, característica do pensamento dualista cartesiano em que uma das figuras parentais era considerada adequada enquanto a outra não, para cuidar do(s) filho(s). Assim, ao se definir a guarda para um, o outro, naturalmente, estaria excluído de suas responsabilidades para com o(s) filho(s). Conforme diz Ribeiro (2003), é preciso que o profissional vá “Além da lógica do contraditório, abarcando a lógica do conciliatório”(p.54). Isso significa que deve haver a busca de uma postura que qualifique os potenciais de cada uma das partes,

ressaltando aquilo de mais valioso que tanto pai quanto mãe trazem no seu discurso durante os atendimentos, no sentido de que nenhum seja desqualificado em sua capacidade para cuidar do(s) filhos. Em vez de se buscarem os defeitos e as dificuldades, a fim de eliminar o menos aparelhado para a tarefa, procura-se, numa atitude dialética e com base na abordagem sistêmica da terapia familiar, ressaltar em que medida as diferenças até mesmo das características pessoais entre os **gêneros** podem se sobressair na proteção à(s) criança(s). Na mesma obra acima citada, Rodrigues e Lima, profissionais do SERPP, salientam:

Buscamos por meio da compreensão dos problemas, das queixas não resolvidas e, também, das alternativas já conhecidas da família, ampliar o campo de possibilidades desta. Acreditamos na capacidade da família de mudar seu padrão relacional e de solucionar seus problemas, procurando sempre formas diferentes (p. 32).

Nesse contexto, a atuação dos profissionais da justiça com famílias no Distrito Federal apresenta uma tendência para se desfazer uma **crença** de que a mãe é sempre mais adequada para ficar com os filhos. Esse é certamente um desafio na medida em que tanto as leis quanto as teorias de até então diziam que a criança, sobretudo aquelas em tenra idade, necessitavam, mormente, da mãe do que do pai. Esse trabalho pode, portanto, revelar novas zonas de sentido na produção do conhecimento nesse campo do conhecimento psicológico.

Ademais, a atuação dentro desse enfoque exposto pelas autoras acaba por representar um desafio aos profissionais, inclusive, no sentido de se confrontar **crenças e valores** tanto culturais, sobretudo os que dizem respeito à família, quanto institucionais. Isso porque também nas decisões judiciais nesses casos acredita-se existir um número maior que seja favorável à mãe, em virtude da experiência acumulada dos juízes e do próprio amparo legal (antigo Código Civil) que apoiava definições nessa direção.

Os psicólogos e assistentes sociais que atuam nesse contexto são igualmente envolvidos pela cultura institucional e assimilam, de alguma forma, também essa tendência para lidar com tais casos. Um outro fator poderia acentuar ainda mais um possível direcionamento subjetivo das definições em favor das mães em detrimento dos pais: as profissionais que atuam nesses processos no Distrito Federal são todas do sexo feminino, tendo ocorrido colaborações eventuais de um psicólogo de uma outra seção, além de haver, em raras ocasiões, a oportunidade de contar com

estagiários do sexo masculino. Isso traria não só uma questão de **gênero**, mas também a influência da subjetividade dessas profissionais na atuação e na produção de seus pareceres em favor das mães. A maior inquietação sobre uma possível tendência adviria do fato de haver, na sociedade brasileira, uma representação social de mãe, especialmente como cuidadora e protetora, que poderia levar à dificuldade de perceber elementos importantes no cenário dos casos em estudo.

1.2. O Mundo Feminino: Mães que Cuidam, Profissionais Cuidadoras

A função de cuidar dos filhos no decorrer da história foi, mormente da mãe, e a legislação amparou esse costume, por assim dizer, definindo que, em casos de separação, a guarda deveria ser da mãe, exceto se houvesse algum risco para as crianças, conforme já se referiu anteriormente nesse capítulo. Isso, por certo, decorre da imagem que se tem de mãe, como expõe Bassoff (1990) *apud* Falcke (2002): perfeita, portadora de características como generosidade, bondade, tolerância, doçura, entrega e devoção, além de um ideal de amor e afeição. Destarte, conforme salienta McGoldrick (1995) quando uma criança está doente ou ambos os pais necessitam sair, em geral cabe à mãe fazer os arranjos extras. Acrescenta ainda a autora que “...o valor cultural dominante tem sido o de que o lugar das mulheres é no lar (p. 35). Entretanto, mudanças sociais, como a inserção da mulher no mercado de trabalho e a própria mudança na configuração das famílias como monoparentais, reconstituídas ou recasadas, em decorrência do divórcio, acabam mobilizando transformações nos papéis e, por conseguinte, na imagem de mãe e de pai. Nesse sentido, McGoldrick assinala que “A independência econômica das mulheres, que tem profundas implicações nas estruturas familiares tradicionais, parece crucial para a auto-estima feminina” (p. 35).

No que tange às práticas modernas, de acordo com Pereira do Lago & Barbosa (2001), é possível observar que o processo de transformação econômica da sociedade conduziu a mudanças recentes nas relações familiares naquilo que se refere à mulher, entre outras questões, ao se notar que esta vem desenvolvendo significativo controle acerca de suas decisões pessoais, dentre elas o desejo de ser mãe e de constituir famílias. Portanto, o contexto socioeconômico e cultural da sociedade brasileira tem ditado uma nova qualidade nas relações das famílias especialmente quanto às expressões femininas em termos de seus anseios e

manifestações de sua individualidade. Isso, certamente, virá refletir uma nova representação social de mulher e, por que não dizer, refletirá na subjetividade individual e social desse gênero em nosso país. Ter controle sobre suas decisões traduz uma capacidade de manifestação da singularidade do sujeito, o que é fundamental a todo ser.

Há que se considerar que as mudanças sociais acabam por obrigar os institutos legais a se tornarem mais flexíveis e condizentes com a realidade das famílias. Destarte, pode-se dizer que o envolvimento da mulher no mercado de trabalho, em carreiras acadêmicas, mostra hoje, citando especialmente o quadro no Brasil, que tanto o pai quanto a mãe devem se organizar para oferecer a assistência e proteção aos seus filhos, ou seja, para manter a guarda, conforme preceitua a lei.

Quanto a essa discussão, Applewhite (1998) refere-se às idéias de Arlie Horchschild (sem referência na obra) que salienta o fato de pouca coisa ter mudado para se adaptar à nova realidade na qual as mulheres passaram a constituir força de trabalho. Isso teria ocorrido, segundo a autora, por não ter havido uma renovação da noção de masculinidade o que levaria a participação no lar a fazer sentido. Então, à medida que mudou o papel social da mulher, tendo ela ampliado seu âmbito de atuação, no lar e fora dele, abarcando papéis antes mais limitados ao mundo masculino, certamente mudou não só a subjetividade individual, mas também a social e, com esses novos sujeitos (mulheres) desenvolveram-se novas representações sociais³. Conforme frisa González Rey (2003): “*Os processos individuais e sociais não são excludentes; ao contrário, implicam-se de forma recíproca nos processos de constituição subjetiva que se produzem em cada um desses níveis.*” Desta maneira, seria de se esperar um movimento conjunto (do mundo feminino e masculino) no seio da sociedade, no momento histórico em que mudou o papel da mulher. Entende-se ter havido um descompasso, conforme revela a autora acima citada, o que pode ter ainda hoje reflexos tanto na desvalorização do trabalho da mulher como na não-incorporação da figura do pai cuidador.

Interessante notar que a questão da mudança do papel social da mulher, aliada à legalização do divórcio, trouxe, com certeza, uma nova configuração subjetiva de família, que veio se expressar na representação social de família como

³ “As representações sociais são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade, uma formulação implicando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode também ser diferente.” (Moscovici, 2003, p. 16).

uma das formas de subjetividade social. Tal fenômeno revela-se de fundamental importância na medida em que traz à baila toda uma necessidade de movimentação para se abarcar novos papéis e funções sociais (convivendo com aqueles pré-existentes), mas também incorporar as emoções resultantes de olhar o mundo por um novo prisma. Resulta daí a dialética da vida.

Acerca dessa questão, Minayo (2001), *apud* Corrêa e Andrade (2004) afirma que “a versão de uma ciência isenta de ‘humanidade’ acabou por criar o mito da neutralidade e da objetividade como se fosse possível sair de um pântano arrancando os próprios cabelos” (p. 4). Desta forma, não há que se crer que essas profissionais estejam isentas de apresentar suas percepções, emoções e sentimentos, enfim, suas subjetividades no momento em que desempenham seus papéis profissionais.

1.3. A Teoria da Subjetividade

A subjetividade individual das profissionais, revelada em suas idéias, conceitos, experiências pessoais em suas famílias e construções produzidas durante os atendimentos é um aspecto a se considerar a fim de entender em que medida há influência da configuração de cada profissional, de suas experiências singulares, na produção dos pareceres psicossociais em processos na Justiça. Essa influência pode ocorrer em forma de direcionamento das definições nos casos estudados por uma necessidade de resolução de situações da família atendida que fazem eco no profissional. Para discutir a subjetividade, parte-se da definição de González Rey (2003) que a entende como:

um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (p.202).

Depreende-se daí o caráter dinâmico da subjetividade e sua tendência dialética de influenciar e ser influenciada pelo social, de não estar parada no tempo, mas retratar as experiências do sujeito (passadas e presentes), com uma ênfase no

sentido e significação que elas adquirem para esse sujeito frente à sua história pessoal, nesse contexto social em que vive. Portanto, não há como separar o individual e o social, o sujeito é o todo complexo e em sua atuação profissional não há como se furtar de expressar a sua subjetividade. No momento presente de sua atuação, na relação com as famílias atendidas, estará todo o tempo trazendo à tona seus registros pessoais, suas emoções e construindo, com os sujeitos em estudo, novos significados e sentidos. Esses poderão ser úteis ao seu estudo na produção de pareceres ou apenas se somarem à constituição de sua configuração pessoal. Sem dúvida, é possível que haja mudanças de ambos os lados sem que todo o resultado dessa construção seja apresentado no parecer, até porque esse não é o fim desse tipo de documento, conforme já se referiu na definição do parecer.

De outra parte, é preciso também considerar o que assinala González Rey (2003) acerca da não-universalidade da constituição do indivíduo dentro da subjetividade social, ocorrendo um processo diferenciado, dependendo muito das diversas maneiras como se dão as relações entre os indivíduos e o social. Com isso, é possível vislumbrar-se as diferenças que se darão nesse processo para cada profissional. Quando uma mesma família ou indivíduo é atendido por profissionais diferentes, a relação que se dá é diferenciada, passando, portanto, por uma trajetória diferente com cada profissional. Da mesma forma, cada um dos profissionais fará uma trajetória particularizada, singular mesmo, nesse processo de constituição da subjetividade social. Portanto, pode-se imaginar que a construção de cada parecer também será diferenciada.

É fundamental ressaltar ainda que, conforme frisa González Rey (2003), sendo um sistema complexo, a subjetividade social também possui formas de organização complexas, *“ligadas aos diferentes processos de institucionalização e ação dos sujeitos nos diferentes espaços da vida social, dentro dos quais se articulam elementos de sentido procedentes de outros espaços sociais”* (p.203). Sendo assim, na atuação com as famílias, o profissional se reportará a experiências familiares, na escola, nos círculos de amizade, dentre outros, integrando elementos de sentido destes à sua constituição subjetiva nesse espaço profissional. Tais elementos poderão, conforme refere o autor, ser de gênero, de posição socioeconômica, de raça, de costumes, familiares. Como resultado dessa integração do conjunto de sentidos subjetivos de diferentes procedências sociais se terá, de

acordo com o autor, uma configuração única e diferenciada da subjetividade social da pessoa (no caso, a profissional).

Configuração é, aliás, a categoria utilizada por González Rey (2003) para definir a personalidade como maneira de organização da subjetividade individual. Essa configuração, como era de se esperar pela linha de pensamento do autor, não é definida por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal. Ao contrário, defende ele: *"...constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual"*(p.204). As configurações são, conforme o autor, um elemento de sentido no comportamento atual de um sistema subjetivo, porém, sendo flexível, podem alterar sua forma de organização ao surgirem sentidos e configurações que passem a ser dominantes naquele momento de ação do sistema (social ou individual).

O sujeito muda sua configuração, cria novos padrões, a depender de mudanças provindas dos sentidos subjetivos diversos de sua experiência social ou individual, não há uma configuração permanente, acabada, consagrada. Mais ainda, antes de se organizar enquanto sujeito psicológico concreto, aparecem os espaços constituídos de determinada subjetividade social que foram constituídos no decorrer de sua história. E é a esse processo que o profissional deve estar atento em sua relação com o sujeito. Consoante as idéias de Neubern (2004), são privilegiados os sentidos e formas singulares das construções e histórias dos sujeitos quando estes são abordados em um nível construtivo e prático. Percebe-se, então, que é preciso, ao estabelecer uma relação compreensiva com o sujeito, buscar captar os sentidos e significados próprios atribuídos por cada sujeito à sua história. Essa será, então, a construção possível e válida para esse momento.

Dito isso, vem outra idéia exposta por Neubern (2004), a da impossibilidade de conhecimento do outro em virtude do caráter mutável dos sujeitos em suas singularidades, tornando igualmente impossível uma teorização que abranja tal diversidade. Nesse sentido, há que se imaginar qual a tarefa de um profissional que com poucos encontros com um ex-casal ou família deve produzir conhecimento a seu respeito a ponto de poder emitir um parecer. Isso não chega a ser a criação de uma teoria, mas trata-se de percepções, de idéias acerca dos sujeitos estudados e, o que é mais sério, ser capaz de expressar qual será a melhor definição para o caso naquele momento. Torna-se, então, imprescindível que os profissionais que atendem

a essas famílias notem os pequenos e diversos movimentos e expressões desenvolvidos pelos sujeitos, durante o seu processo de escuta e observação, conforme sugere Neubern (2004).

Essas idéias talvez sejam próximas das apresentadas por Rodrigues e Lima (2003) que dizem: “*Privilegiamos, para tanto, a utilização do trabalho em equipe, da observação da comunicação verbal e não-verbal, do questionamento circular, da conotação positiva e da redefinição*” (p. 32). Portanto, é preciso que o profissional seja capaz de captar as sutilezas, as expressões que melhor dizem da capacidade do sujeito de empreender um movimento maior no sentido da mudança. Seriam os indicadores, conforme González Rey (1997, 2002), oferecendo pistas para se investigar.

O conceito de indicador, apresentado por González Rey (1997, 2002) surge para: “*designar aqueles elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador, ou seja, sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação*” (p. 112). Assim, conforme completa o autor, ele representa um momento hipotético no processo de produção da informação, sendo que indicadores precedentes vão passar a elementos de sentido dos que vierem depois e todos se integram no sentido que adquire qualquer interpretação realizada em um processo de pesquisa. Por certo, no campo terapêutico, processa-se algo parecido quando a relação do terapeuta com o sujeito é marcada por uma construção conjunta a cada atendimento.

Por esse prisma, pensa-se que há sentido no que dizem Lima e Campos (2003) acerca das famílias atendidas no TJDF: “*...considera-se a família não somente como este lugar de afeto e subjetividade, mas também como o sistema global e aberto em constante transformação, em interação com outros sistemas sociais (escola, trabalho, comunidade, igreja e outros)*” (p.182). Toda essa rede fará parte do cenário dessa família e deve ser considerada ao se estabelecer uma relação com ela a fim de que a construção conjunta (terapeuta e sujeito) seja dotada de sentido. Esse sentido não é atribuído pelo terapeuta, não vem de fora, mas é construído pelo próprio sujeito e recebe uma significação no mundo do conhecimento na medida em que o investigador o confronta com a teoria pré-existente.

Neubern (2004) sintetiza de forma brilhante a noção de subjetividade defendida por González Rey (1997), diz que ela refere-se à “*constituição psíquica*

dos indivíduos, constantemente integrada à sua ação social sem se dissolver nela e intimamente ligada à produção de significados e sentidos". Reafirma-se, então, o caráter dinâmico da subjetividade e a sua relação íntima com a produção de sentidos e significados, além da importância do fenômeno social, ou seja, dos processos sociais que constituem o indivíduo e, ao mesmo tempo, são por ele constituídos. Acredita-se que essas noções ora apresentadas possibilitarão o prosseguimento desse estudo, favorecendo a análise e a construção do conhecimento.

1.4. Questões sociojurídicas para a abordagem do tema

Assinala Grisard Filho (2002) ser muito difícil conceituar guarda já que há uma multiplicidade de fatores intercorrentes no amplo espectro de apreciação que esse termo envolve. O autor cita conceituações como a de Strenger (1998) que diz: "*a guarda de filhos é o poder-dever de mantê-los no recesso do lar*" (p. 49). Acentua ainda que Mário Aguiar Moura (1993) compreende a guarda como controle objetivo do desenvolvimento do menor e apresenta o entendimento desse autor sobre ela: "*em sentido jurídico, representa a convivência efetiva dos pais ou responsável com o menor, sob o mesmo teto, com o dever de assistência material, para sobrevivência física e moral, para o desenvolvimento psíquico*" (pp. 49-50).

Conforme já se ressaltou no presente trabalho, nos processos de separação judicial ou divórcio, pode ocorrer dificuldade na definição de qual dos ex-cônjuges passará a deter a guarda dos filhos. Nos casos mais graves, como frisa Silva (2003) é que podem aparecer as disputas judiciais para obter a guarda. Nesses casos, muitas vezes, a figura parental não detentora da guarda passa a utilizar todos os recursos possíveis para alcançar o objetivo de ter o filho consigo.

No TJDF, conforme ressaltaram Corrêa e Andrade (2004), entre os processos encaminhados pelos Magistrados às SEPAF's em 2003, a maior parte (62,27%) referia-se à disputa de guarda de crianças e adolescentes. Constatou-se no decorrer dos anos que a disputa pela guarda ocorre, mormente, entre um par parental após a separação de corpos ou separação judicial, e, apenas eventualmente, ela se dá entre outros familiares, como avós, tios, irmãos e outros. No ano em apreço, as disputas entre ex-cônjuges correspondiam a praticamente 70% dos processos.

Silva (2003, pp.67-68) apresenta os artigos do novo Código Civil (NCC) que regulam a proteção dos filhos em casos de separação ou divórcio dos pais e, dentre eles, alguns são destacados aqui:

“**Art. 1583 – NCC:** No caso de dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal pela separação judicial por mútuo consentimento ou pelo divórcio direto consensual, observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos.”

“**Art. 1584 – NCC:** Decretada a separação consensual ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la. (...)”

“**Art. 1589 – NCC:** O pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.”

“**Art. 1634 – NCC:** compete aos pais quanto à pessoa dos filhos menores:

I – dirigir-lhes a criação e educação;

II – tê-los em sua companhia e guarda; (...)”

Pode-se observar por esses artigos aquilo que já se disse no início deste trabalho acerca da possibilidade de que a guarda seja definida a partir de um acordo do par parental e, caso isso não ocorra, haja a intervenção do juiz nesse sentido. Além disso, também será necessário definir as visitas daquela figura parental não detentora da guarda. Embora essas questões pareçam ser práticas, envolvem aspectos psicossociais e tocam em emoções do sistema familiar, resultantes, sobretudo, de questões não resolvidas que colocam verdadeiros desafios aos operadores do direito e mesmo às equipes psicossociais. Nesses casos em que não há acordo e naqueles em que a equipe não logra êxito em fazê-los avançar para uma postura de proteção da criança e do adolescente em vez de continuarem se digladiando pelas questões conjugais não resolvidas, o papel de fiscalizador (disposto no art. 1589) parece ser o mais exercido. Em virtude de sempre haver um ganhador e um perdedor da causa, encontrar erros nas atitudes do outro pode representar mais munição para a briga. Talvez seja nesse ponto que o *“conflito emocional do casal ultrapassa os limites da atuação jurídica”* Silva (2003), e então o psicólogo surge no papel de orientar o legislador, advogados e clientes.

Quando um dos pais entende que o filho não está bem cuidado, ou seja, que o detentor da guarda não está dirigindo bem sua criação e educação, pode decidir pleitear uma mudança de guarda. Conforme Silva (2003) *“A mudança de guarda é o*

processo no qual ambos os genitores estão em litígio, ou mesmo os avós, brigando pelo direito de residir com a criança ou adolescente”(p. 51). Essas mudanças também resultam, muitas vezes, em disputas judiciais e em estudos psicossociais para a avaliação da pertinência desse ato. Oferecer um parecer, algumas vezes um novo parecer sobre uma família já atendida anteriormente, é ter a oportunidade de reavaliar uma situação, mas é, via de regra, um desafio no sentido de manter a situação já estabelecida ou mudar mais uma vez, sugerir mais uma separação (aquela entre o(s) filho(s) e uma figura parental com quem reside). Será benéfica ou resultará em mais sofrimento e perdas? Parecem ser questões possíveis para o profissional que atua nesses casos. Muitas vezes a mudança torna-se necessária pelo simples motivo de que a vida é dinâmica e podem ter ocorrido mudanças na dinâmica familiar que a justifiquem.

Quanto ao entendimento sobre a mudança de guarda, pesquisa realizada por Corrêa e Andrade (2004) em pareceres elaborados por profissionais da Seção onde trabalham os sujeitos, revelou que a tendência das profissionais é de manter a criança na companhia daquela figura parental que já detém a guarda. Essa tendência mostrou ter a finalidade de não expor a criança e/ou adolescente a uma mudança de guarda desnecessária que pudesse gerar ansiedade e sofrimento injustificados. Assim, naquela investigação ficou refutada a idéia de que haja tendência de sugestão de guarda à mãe por um viés de gênero. Buscando analisar qualitativamente tal constatação, as autoras procuraram conhecer o teor dos pareceres, a fim de apreciar as justificativas para a manutenção ou mudança da guarda. Com isso, algumas frases apareceram fundamentando o parecer e dentre elas pode-se destacar nos favoráveis à figura paterna: *“o pai representa referencial de cuidados para os filhos”*; *“dificuldades relacionais entre mãe e filhos”*; *“pai possui rede de apoio familiar ampla associada à garantia de acesso livre à mãe.”*; *“necessidades básicas e afetivas dos filhos atendidas em companhia do pai associadas à melhor condição financeira do pai”*. Dos favoráveis à figura materna: *“mãe mais preocupada em preservar os filhos dos conflitos conjugais”*; *“necessidades básicas atendidas e dificuldades psicossociais do pai”*; *“suspeita de abuso sexual perpetrado pelo pai”* e *“mudança de guarda traria grande sofrimento à criança.”*

Observam-se, portanto, justificativas desde o risco para os filhos, um cuidado com a proteção, à existência de rede social de apoio para essa proteção e

assistência até as condições financeiras e psicossociais. Acredita-se, de todo modo, que um aprofundamento dessas questões que aí aparecem seria mais um estudo interessante, visto perceber-se que algumas justificativas apresentadas pelas profissionais em tais pareceres referidos, indicam a existência de avaliações subjetivas. Dentre elas, quais seriam os indicadores de preocupação de uma figura parental ou das garantias de acesso do filho ao pai ou mãe? São, certamente, questões com as quais as profissionais lidam cotidianamente e cada caso exige-lhes a investigação dos indicadores da existência de condições de assistência e proteção para, ao fim, oferecer o seu parecer. Entretanto, nessa avaliação, encontram-se embutidas várias questões subjetivas que direcionarão a sugestão.

CAPÍTULO 2

RECURSOS METODOLÓGICOS

Se é no andar da carroça que se ajustam as abóboras, também é no andar da pesquisa que se reorganiza ela e se reconstrói de contínuo harmonizando seus distintos momentos. (...) Na pesquisa, como em toda obra de arte, a segurança se produz na incerteza dos caminhos.

M. O. Marques

2.1. Conversando sobre a Pesquisa

2.1.1. O Tipo de pesquisa

Partindo da definição exposta no Webster (1997) citada por Turato (2003) de que o método é o caminho por meio do qual se procura chegar a algo ou a um modo de fazer algo, passa-se a refletir sobre o método como algo que não é acabado ou rigidamente estabelecido a priori. Turato (2003) cita também a definição de Lalande (1993), de que o método é o “*caminho pelo qual se chegou a determinado resultado, mesmo quando esse caminho não foi previamente fixado de uma maneira premeditada e refletida*” (p.152) que igualmente propicia uma reflexão sobretudo quanto à idéia de que o caminho não foi fixado com antecedência. Essa definição está de acordo com a epistemologia qualitativa, ou seja, a rigor toda pesquisa, e não só a da pesquisa qualitativa, deveria ter uma atitude flexível em relação ao método.

Ademais, diz Demo (2003) que “*pesquisas qualitativas são preferíveis para assuntos qualitativos...*”, entende-se ser o caso dessa pesquisa em que se estudará a subjetividade na produção de pareceres, o que se concebe ser assunto qualitativo. Também Turato (2003) acrescenta que não se pode dizer que existe uma escolha metodológica, já que “*a escolha real é de um objetivo de pesquisa que, por sua vez brota de uma hipótese de trabalho que toma a mente do pesquisador*” (p.166). Assim, a partir da pergunta que tem o pesquisador, inevitavelmente ele elegeria determinado método para a sua investigação.

Sobre o método, diz Marques (2003): “*A criatividade e persistência do pesquisador se deve a unidade de seu estilo, não a regras pré-definidas*”(p.114). Acredito que esses são também aspectos a serem considerados e estão intimamente ligados à escolha do método, visto que as idéias, as características pessoais do pesquisador oferecem um norte especial a cada momento da produção do conhecimento. Não há mesmo como se prever, como pré-definir que caminho será esse. O referido autor, inclusive, defende que, na pesquisa, a segurança é produzida na incerteza dos caminhos. A seu ver, nesse processo, muito tempo se perde e muitas angústias se acumulam à procura de um método adequado e seguro. Diz ele: ” *Se os caminhos se fazem andando, também o método não é senão o discurso dos passos andados*” (p.115).

Para Marques (2003) os métodos serviriam para controlar o pesquisador não lhe permitindo a “*aventura de caminhar com as próprias pernas, de experimentar as próprias forças, de inventar seus próprios rumos*” (p.115). Embora essa forma de pensar esteja bastante de acordo com a teoria da subjetividade individual, revelando a singularidade de cada pesquisador, isso obriga a um questionamento acerca dessa maneira de encarar o método já que se acredita na necessidade de algum método para se iniciar o trabalho de investigação. Não é possível investir-se em uma empreitada de pesquisa sem antes estabelecer que método se utilizará, sob pena de nada se construir. Tal método poderá ter outros a ele agregados, em momento posterior, caso se sinta necessidade, mas há que se ter um rumo inicial, por assim dizer. Acerca desse tema, Demo (2003) afirma que “*todo autor precisa enfrentar o problema de sua demarcação científica, mantendo-se permeável ao debate metodológico*” (p. 8). Isso confirma o que se afirmou acima.

Com base nessas reflexões, esse estudo deverá adotar a metodologia qualitativa, seguindo a proposta de González Rey (2002) de que a pesquisa é um processo de construção a partir da informação no momento empírico, sendo, portanto, um processo complexo e irregular, passando por diversos momentos antes que a informação alcance sua importância científica. Essas idéias de González Rey (2002) são apoiadas por Demo (2003) quando ele diz que os dados empíricos são construtos teóricos, não existindo independente de um contexto interpretativo e não sendo evidentes em si, mas conforme a “trama teórica” em que são colhidos. Portanto, o autor lembra que não se pode jamais esquecer que na construção do conhecimento, ali no momento empírico, o pesquisador coloca suas concepções

teóricas. Consoante com tais idéias, o presente estudo não se comporá apenas de dados colhidos no momento empírico, devendo abarcar o momento da interpretação e da produção teórica.

Conforme González Rey (2002) por ser uma construção processual, a pesquisa agregará, permanentemente, idéias, conceitos e construções integradas de maneira inseparável nessa produção de informação. Assim, o fundamental nesse tipo de estudo será o processo e não o produto final, até porque, na epistemologia qualitativa não existe a pretensão de se obter um produto acabado. O que se almeja alcançar é apenas um recorte da realidade, pois a universalidade jamais será conhecida. E, nesse sentido, diz Marques (2003): *“O tema se exaure nunca e, bem-tratado, aponta para novas interrogações. Se a hipótese foi fecunda se desdobra agora em outras”* (p.119). A pretensão é, portanto, de ter uma primeira leitura, uma forma de ver, nesse contexto e nesse momento histórico, a produção de pareceres por psicólogos na Justiça. Tem-se, então, a clareza de que as informações obtidas são apenas indicadores indiretos da realidade. Isso porque, como assinala González Rey, *“As interpretações sobre a base da aparição de determinados indicadores nunca têm caráter absoluto: só representam um primeiro momento na definição de uma zona de sentido sobre o assunto estudado,...”* (p.101). Entretanto, acredita-se que esta se integrará ao processo de construção teórica mais amplo, conforme defende o autor.

Viu-se que, para a realização deste estudo, seria fundamental se construir um vínculo, preparar o espaço e **cenário** em que se daria o estudo, conforme defende González Rey (2002), visto ser ele de total importância, já que há ascendência do processo sobre o produto. Essas concepções de pesquisa qualitativa, defendidas pelo citado autor são compartilhadas por Turato (2003) no sentido de que é primordial se compreender o “como” e não o “por que”. Acerca da importância do processo, Marques (2003) acentua que *“interessa mais o prazer da aventura humana do que os resultados alcançados”*(p.116).

É inquestionável que, nesse processo de construção do conhecimento, o pesquisador envolve-se tanto quanto os pesquisados; dessa forma, surgem nessa construção, simultaneamente, as idéias, preferências, estilo pessoal dentre outros, por parte do pesquisador (González Rey, 2002). Ademais, também estão se apresentando os conteúdos parecidos dos pesquisados, ou seja, as subjetividades de ambos estão aí se somando para tal construção. Sobre esse assunto, Marques

(2003) assinala que: “*Essas aprendizagens sociais pelas quais os homens se constituem em homens e mundo na constituição da ordem simbólica significam que os homens singularizados aprendem uns com os outros e uns dos outros*” (p.107). Em decorrência disso, diz o autor que os homens estabelecem relações de reciprocidade no ato comunicativo por meio do qual se entendem e entendem o mundo em que vivem, portanto, terminam “*enunciando algo sobre ele ao mesmo passo que interagindo intersubjetivamente ao se constituírem sujeitos autônomos e competentes*” (107).

No desenvolvimento metodológico da pesquisa qualitativa é dado um lugar especial à **comunicação** que, na verdade, representa o **cenário** onde surgirão elementos para a produção de idéias que serão confrontadas com a teoria, surgindo daí novos níveis de produção teórica (González Rey, p. 57). Marques (2003) ressalta a importância da comunicação dizendo que, por meio dela, os homens se entendem e entendem o mundo, enunciando algo sobre ele enquanto interagem intersubjetivamente ao se constituírem sujeitos autônomos e competentes. Para esse autor, pesquisar é um processo no qual os homens conhecem mais e melhor a si mesmos e a seus mundos, ou seja, ouvem uns aos outros e argumentam sobre temas que privilegiam. Certamente, está presente nessas idéias o valor da comunicação.

Pensando ainda na importância do cenário, há que se agregar aqui as idéias de Turato (2003) acerca do ambiente natural. O autor defende que esse ambiente é o local certo para a coleta de dados uma vez que a configuração ambiental engloba e preserva as incontáveis características e relações da pessoa. A esse respeito, González Rey (2002) defende ainda o trabalho de campo que permite a singularização do processo de construção teórica e leva o pesquisador a se defrontar permanentemente com o novo, obrigando-o a desenvolver conceitos e explicações que dêem sentido às novas experiências a fim de incluí-las no processo de construção do conhecimento. Esta pesquisa realizou-se no ambiente de trabalho das profissionais que foram estudadas, ou seja, em uma das salas de atendimento às famílias no Serviço Psicossocial Forense do TJDF.

Por se ter em mente que os elementos subjetivos que fazem parte do problema a ser estudado só podem ser expressos por meio da comunicação (em entrevista, por meio de instrumental próprio) é que se investiu na idéia de que o

método qualitativo seria o mais adequado para tal estudo. Isso está de acordo com a idéia de Turato (2003) quanto à escolha do método:

“Dependendo da pergunta nascida em sua cabeça, o investigador apenas poderá lançar mão de um ou outro método, já que a metodologia qualitativa não se ocupa de discutir respostas às indagações de mensuração dos fenômenos humanos, nem a metodologia qualitativa se propõe a construir meios de responder à pergunta sobre interpretações da dinâmica das significações reais destes fenômenos para os sujeitos.” (p.166).

Marques (2003) expõe o pensamento de Luna (1991) acerca da metodologia, citando o seguinte trecho: *“o reconhecimento de que a Metodologia não tem status próprio, e precisa ser definida em um contexto teórico... Abandonou-se a idéia de que faça qualquer sentido discutir a metodologia fora de um quadro de referência teórico”* (p.115). É assim que se pensa ser fundamental adotar, neste estudo, uma metodologia fundamentada na epistemologia qualitativa, cujo percurso dos procedimentos metodológicos seja coerente com o contexto teórico e possa, efetivamente, favorecer a construção do conhecimento.

Para os fins desta pesquisa, escolheu-se o **estudo de caso**, com base no que defende González Rey (2002) de que o estudo de caso é ferramenta privilegiada para se ter acesso a uma fonte singular capaz de apresentar, ao mesmo tempo, a constituição subjetiva da história própria (subjetividade individual) e uma forma, que jamais se repete, de subjetivação da realidade social vivida pelo sujeito. Apesar de alguns autores como Demo (2003) considerarem que há abuso de amostras muito pequenas e deficiência formalizante no campo qualitativo, acredita-se que o estudo de caso foi capaz de atender aos objetivos desta investigação.

A escolha do estudo de caso mostra-se ainda mais legítima uma vez que se pode utilizar uma diversidade de instrumentos (entrevista, complemento de frases, redações, dentre outros) além de permitir flexibilidade em relação aos momentos da pesquisa, tendo sua legitimidade pela qualidade do processo de construção do conhecimento.

2.1.2. Justificativa do Cenário de Pesquisa

Optou-se por construir o cenário a partir do comparecimento a reuniões das equipes do SERPP que elaboram pareceres para os juízes. Nessa oportunidade,

apresentou-se a idéia da realização do estudo, efetuando, simultaneamente, o convite para participação como sujeitos. Esclareceu-se o objetivo e a importância da pesquisa tanto em termos de construção do conhecimento, que poderia responder a alguns questionamentos acerca do tema, como para um possível repensar das práticas nas seções que trabalham com pareceres.

Posteriormente, buscou-se clarificar dúvidas durante a reunião ou mesmo em ocasiões em que as profissionais procuraram a pesquisadora para indagar sobre a forma de efetivação da pesquisa. Nessas ocasiões, o objetivo foi novamente exposto e a metodologia, explicada. Na medida em que os sujeitos demonstraram interesse em participar da pesquisa, agendou-se uma entrevista que seria realizada no local e horário de trabalho das mesmas, com duração aproximada de duas horas e meia. Assim ocorria o início do processo de construção do conhecimento. Em momento posterior, buscou-se discutir com o primeiro sujeito sobre algumas questões levantadas em seu complemento de frases e que teriam dado origem a um primeiro relatório com a versão inicial da construção da informação.

Acredita-se que o fato de a pesquisadora trabalhar no mesmo local dos sujeitos, embora em seção diferente, contribuiu para a criação do cenário favorável à pesquisa. Outro fator que contribuiu foi o fato de a autora trabalhar em uma seção de pesquisa. Ademais, pensa-se que isso facilitou o surgimento espontâneo dos sujeitos, além de ter dispensado formalizações para autorizar a realização da pesquisa.

2.1.3. Sobre os Instrumentos

Em um processo de pesquisa, instrumentos são *“todos os procedimentos encaminhados a estimular a expressão do sujeito estudado, são simplesmente indutores de informação que não definem o sentido final dela”* (González Rey, 2002, p. 78). Portanto, há que se compreender que o instrumento em si não é capaz de atribuir sentido ou traduzir o significado daquilo que o sujeito expressa, ele é apenas um meio de se alcançar a informação. É preciso, portanto, que os sujeitos envolvidos (pesquisador e pesquisado) se comprometam nessa construção, em um cenário próprio, a fim de chegar a esse produto.

A escolha dos instrumentos deverá estar atrelada aos objetivos da pesquisa, e a análise da informação contida nos instrumentos estará vinculada ao problema de

pesquisa. Sendo assim, o pesquisador deverá ser cauteloso na escolha dos seus instrumentos e também na sua construção. É possível utilizar, na pesquisa psicológica, *“as lâminas, as frases a serem completadas, as situações de diálogos, as redações, as análises de filmes, os jogos, as situações de execução, o desenho, as formas de relação grupal e outros, conforme salienta González Rey (2002, p.80). Entretanto, é preciso lembrar que por ser uma “ferramenta interativa”, conforme frisa o autor, o pesquisador deve construir os seus instrumentos de acordo com o seu problema e objetivo de pesquisa e não prender-se a eles, mas utilizá-los de maneira fluida, adequando-os aos momentos da pesquisa e, se necessário, até mesmo descartá-los.*

González Rey (2002) defende o uso dos instrumentos abertos como forma de facilitar a expressão do sujeito em toda a sua complexidade. Dessa forma, surgiria uma aceitação do desafio que representa *“a construção de idéias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos estudados.”*(p.81-82). Contudo, viu-se a necessidade de criar um instrumento baseado na prática dos sujeitos, qual seja a elaboração de pareceres, conduzindo-os, assim, ao cenário do estudo.

2.1.3.1. Entrevista semi-dirigida

Um dos instrumentos utilizados foi o roteiro de entrevista semi-dirigida, seguido da exposição de um caso fictício (**APÊNDICE B**), pois conforme Turato (2003) as entrevistas nos permitem obter dados de duas naturezas: os “objetivos”, relacionados aos fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes e os “subjetivos”, referentes à pessoa do entrevistado, como opiniões, valores e atitudes. São esses, especialmente, que interessam mais a este estudo. Nesse sentido, as respostas do sujeito são dotadas de grande valor, de acordo com Rotter (1967) *“elas revelam o que é importante e crucial para ele”* (p. 109).

González Rey (2003) salienta que: *“...as entrevistas abertas, os sistemas conversacionais e dialógicos que caracterizam o momento de uma investigação, representarão a única fonte de acesso a esse material que aparece nos interstícios das produções do sujeito...”*(p.136). Daí a importância desse instrumento para o tipo de investigação que se propôs.

2.1.3.2. Complemento de Frases

Outro instrumento foi aquele proposto por González Rey (2002) de complemento de frases (**APÊNDICE C**). Esse instrumento foi primeiramente utilizado por Rotter na década de 50. Esse autor idealizou que, com frases incompletas, a pessoa manifestaria sua subjetividade. A partir dessa idéia, González Rey & Mitjans Martinez (1989) elaboraram um outro instrumento direcionado para a constituição da personalidade. Esse instrumento é flexível por ter o objetivo primário de pesquisa, podendo-se adicionar ou subtrair frases, pois, às vezes, determinadas frases não têm tanto interesse para fins de determinadas pesquisas. As perguntas são criadas de acordo com o objetivo da pesquisa. Os autores frisam que: *“Como todo instrumento diagnóstico, o complemento de frases nos revela uma série de particularidades tanto funcionais como de conteúdo na personalidade estudada e nos permite configurar pela interpretação distintas dinâmicas que ocorrem nesta”*(p. 88).(Tradução nossa).

Cabe ainda ressaltar que esse instrumento se apresenta como um dos meios de se obterem conteúdos importantes para o processo de pesquisa, mas, como todo instrumento, não esgota em si mesmo um diagnóstico. Por meio desse instrumento, o pesquisador irá buscando indicadores diretos e indiretos sobre os quais ele vai configurando o diagnóstico da personalidade estudada. Os primeiros indicadores (diretos) revelam de maneira imediata as características funcionais e de conteúdo considerados na teoria. Já os últimos (indiretos) têm um valor pelo conteúdo mesmo que expressam, não permitindo realizar uma leitura direta, entretanto apresentam sentido na medida em que se integram com outros indicadores. É dessa forma que eles alcançam seu caráter relevante para o diagnóstico (González Rey & Mitjans Martinez, 1989).

Para fins do estudo em questão, elaborou-se um complemento de frases com 69 frases. Esse instrumento foi aplicado logo após a entrevista semi-aberta, no caso do primeiro sujeito, já que se mostrou disponível e interessado. Já no caso do segundo sujeito, foi realizado em momento posterior.

2.1.4. Definição dos Sujeitos

Em pesquisas com seres humanos, sabe-se ser impossível abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, como assinala Turato

(2003). Por se ter vários sujeitos potenciais para a pesquisa em questão, foi necessário, conforme já se referiu acima ao tratar do cenário, apresentar a pesquisa a todo o grupo que desenvolve o trabalho com pareceres e selecionar os sujeitos a partir do interesse, ou seja, da apresentação espontânea. Cabe ressaltar que outros sujeitos se mostraram interessados, entretanto, devido a um incidente relacionado ao local de trabalho, perdeu-se por um tempo o contato com os sujeitos potenciais, inviabilizando a continuidade de entrevistas. Entretanto, é importante frisar que para os fins deste estudo, no qual se escolheu o estudo de casos, não há que se preocupar com o número de sujeitos, até porque na pesquisa qualitativa é mais importante aprofundar o conhecimento e a abrangência da compreensão sobre um sujeito, conforme ressalta Minayo (1999), citada por Turato (2003). Para enfatizar tal questão, esse autor cita ainda um outro trecho da mesma obra de Minayo que diz: *“certamente o número de pessoas é menos importante do que a teimosia de enxergar a questão sob várias perspectivas, pontos de vista e de observação”* (p. 361).

A escolha dos sujeitos se deu pela característica-chave que os unia, ou seja, profissionais que trabalham na Justiça elaborando pareceres em processos de guarda e responsabilidade. A esse tipo de escolha Turato (2003) denomina amostragem por variedade de tipos.

Foram entrevistados dois sujeitos do sexo feminino, casadas, uma com dois filhos e outra com três, ambas psicólogas da Seção Psicossocial Forense, do Serviço Psicossocial Forense – SERPP, do TJDF. Uma delas possui mestrado, e a outra almeja realizá-lo. Ambas se apresentaram voluntariamente para participar da pesquisa (**Termo de Consentimento em Apêndice A**) após a explicação sobre a realização da mesma. As duas fazem parte da equipe de direção, uma exercendo a função de supervisora e a outra de supervisora substituta, mas trabalham na elaboração de pareceres juntamente com sua equipe. Aqui serão apresentadas as construções referentes às entrevistas com os sujeitos e ao complemento de frases.

2.1.5. Procedimentos

Para iniciar o momento empírico, realizou-se uma entrevista com cada um dos sujeitos, sendo que, na primeira parte, solicitou-se primeiramente ao sujeito que lesse um caso fictício, elaborado pela pesquisadora com elementos suscitadores de

conflito. A partir da leitura, o sujeito deveria se posicionar a respeito da situação conflitiva exposta, porém buscando imaginar como um outro profissional se posicionaria (**Apêndice B**).

Em seguida, ofereceu-se a oportunidade para que o sujeito se expressasse livremente sobre outras questões, em uma entrevista semidirigida, já que se acredita que é na comunicação, na inter-relação, que ocorre o processo de construção da informação.

Esse roteiro serviu como um instrumento já que levou os sujeitos a refletirem sobre as emoções suscitadas pela leitura do caso, sobre os elementos que o profissional considera importantes para a elaboração do parecer e sobre o possível parecer que seria dado naquele caso. Portanto, ele funcionou como um dos instrumentos da construção do conhecimento, facilitando a passagem para o momento seguinte da entrevista onde se tratou das dificuldades/facilidades para a elaboração de pareceres; do processo para essa elaboração e das características pessoais do profissional que seriam dificultadoras ou facilitadoras nesse processo. Ademais, como González Rey (2002) salienta:

A informação que um instrumento proporciona com freqüência encontra primeiro seu sentido no cenário do sujeito estudado, e são as construções teóricas e as idéias que se desenvolvem nos marcos de seu estudo as que podem adquirir sentido no marco da teoria geral adotada (p.80).

Durante a entrevista, foram-se elaborando as primeiras hipóteses, sendo que algumas puderam ser exploradas brevemente. Portanto, a partir do cenário do sujeito, foi-se configurando a informação com base nas teorias e nas idéias que importam ao tema em questão, formando, assim, o primeiro momento da construção do conhecimento acerca do tema. No último momento, o sujeito passou a fazer o complemento de frases (**Apêndice C**).

Em momento posterior, leu-se todo esse material e se fez a interpretação de cada um separadamente, buscando, frente às hipóteses que apareceram na leitura e mesmo durante a entrevista, os indicadores de subjetividade. Em uma segunda etapa, buscou-se analisar o que havia de semelhanças e diferenças entre as falas dos dois sujeitos diante do tema. Procedeu-se, então, à análise das informações com base na teoria da subjetividade.

Para a análise do complemento de frases, procedeu-se à leitura das frases em blocos de dez, realizando-se anotações referentes a hipóteses que apareciam ou

que iam sendo reforçadas por outras que se seguiam. Essas, no decorrer do processo de interpretação e em confronto com a teoria, eram confirmadas ou refutadas. Da mesma forma que se procedeu com o material da entrevista, procurou-se identificar conteúdos semelhantes ou diferentes apresentados pelos sujeitos nas frases que completaram. Então, as idéias, em diálogo com a teoria, foram sendo construídas em um processo que se tem certeza não estar acabado uma vez que esse não é o intuito. A intenção é muito mais de seguir dialogando com o problema, e aqui se tem apenas um primeiro diálogo.

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é mister encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa.(...) É preciso construir a necessidade de construir caminhos.

Pedro Demo

3.1. Os Sujeitos e suas Reflexões sobre o Parecer

As entrevistadas mostraram-se muito disponíveis e envolvidas, embora se percebesse que a primeira ficava em conflito, um tanto angustiada e em dúvida sobre o que escrever. Isso ocorreu com tanta veemência na primeira questão sobre emoções (Que emoções lhe vêm ao ler esse caso?), que ela não conseguiu expressar-se escrevendo, tendo-o feito apenas verbalmente (Transcrição – **Apêndice D**). Nesse sentido, a primeira hipótese feita foi de que é difícil pensar sobre as emoções geradas pelos casos, pois leva a profissional a entrar em contato com seus próprios conflitos diante das situações conflitantes reveladas nos casos da justiça. As emoções, conforme ressalta González Rey (1997), constituem processo fundamental da subjetividade humana sendo, assim, qualificadas enquanto momento primordial da construção do saber. Dessa maneira, será imprescindível considerá-las nesse processo de produção de conhecimento levado a termo por sujeito e pesquisador. Ademais, a própria natureza do trabalho na Justiça coloca uma dificuldade extra, representada pelo paradigma da simplificação reinante nesse âmbito, onde existe a causalidade linear, a busca da descoberta da verdade, da ordem (Ribeiro, 2003). Assim, pensar uma prática reflexiva que valorize as singularidades, as vivências e as próprias emoções é extremamente difícil e, certamente, refletir sobre as ações e emoções pessoais traz à tona uma série de bloqueios e dificuldades.

Neubern (2004), ao definir emoção, salienta ser importante compreender a emoção como um processo que não se esgota na linguagem, principalmente em

virtude da noção de subjetividade que não se dissolve simplesmente em determinismos culturais e biológicos, conforme frisa Pagès (1987). Esse comentário faz retomar a questão do sujeito quando verbaliza sua dificuldade de escrever sobre sua emoção, mostrando, assim, que ela não se esgotaria na linguagem escrita e possivelmente também não tenha se esgotado na verbalização durante a entrevista. Isso pode ter ocorrido até porque o sujeito reconhece ser difícil falar sobre as dificuldades.

Em virtude desse contexto judicial, parece mais simples o profissional posicionar-se como sujeito, ora pessoalmente, ora profissionalmente, como se fosse viável separar tais espaços (profissional e individual). Ainda sobre a dificuldade que o profissional enfrenta para posicionar-se sob um prisma ou outro, Silva (2003) refere que o psicólogo que atua no âmbito da Justiça *“encontra-se em uma encruzilhada entre a ética do cuidado (ideal terapêutico) e a lógica da Justiça (produção da ‘verdade’)”* (p.28). Portanto, como se vê, são vários os dilemas colocados ao profissional que atua nesse contexto.

Foi possível perceber-se em alguns momentos uma tentativa, por parte da primeira entrevistada, de fazer essa separação entre o profissional e o pessoal, entre a ética do cuidado e a lógica da justiça. Ela diz: *“Emoção? Eu acho que começou a mexer comigo a partir daqui, porque bateu comigo, com meu sentimento de mãe.”* Por outro lado, expressa preocupação quanto à necessidade de oferecer um parecer favorável a uma ou outra parte: *“Por mais que a gente tenha um discurso de que: ‘não, aqui o juiz é que vai definir e ele é que vai ver os elementos’, eles sabem que aqui eles estão sendo analisados. Então a gente tem que buscar técnicas, recursos pra poder dar mais espaço pra essas pessoas se mostrarem mais.”* E esse parece ser um dos maiores dilemas do profissional: conseguir entender o contexto histórico da família, a dinâmica relacional, ter mais elementos para oferecer um parecer com mais segurança. A esse respeito, o segundo sujeito assim se expressa:

- *Eu vejo, às vezes, um incômodo na equipe com essa questão de ter que se posicionar. Se posicionar, por exemplo, para o pai ou para a mãe. Ter que sugerir uma reversão de guarda, uma mudança de guarda. Essa discussão é uma discussão que volta e meia vem à tona: Ah, mas a gente tem mesmo que sugerir, é nosso papel mesmo sugerir, será que a gente não deveria fazer um parecer sem estar sugerindo? É meio na linha do que os conselhos estão também apontando, de que a gente não entrasse no mérito da ação, da questão. Mas às vezes é importante*

estar se posicionando por conta da proteção da criança. Essa dificuldade surge, com certeza, naqueles casos em que a família não logrou êxito na construção de um acordo. E, conforme se apontou no capítulo teórico, o acordo é uma das possibilidades no caso da separação e, quando ele não ocorre, mister se faz a determinação da guarda por via judicial. Para tanto, sabe-se que os magistrados requisitam a ajuda especializada de psicólogos e assistentes sociais, dentre outros, a fim de subsidiar sua decisão. Sobre a obrigação de dever fornecer ou não uma sugestão, ou parecer ao juiz, diz Silva (2003) que o perito poderá apresentar sugestões de atitudes tanto ao magistrado quanto à família no sentido de contribuir para o equilíbrio emocional.

Interessante notar que, ao se analisar o significado do termo parecer, opinião fundamentada sobre dado assunto emitida por especialista, conforme está no Dicionário Aurélio, não há como se furtar a emitir uma sugestão, imagina-se que isso esteja previsto nesse trabalho. Portanto, seria importante analisar por que existe incômodo nas profissionais em ter que emitir um parecer. A segunda entrevistada chega mesmo a dizer que o papel das profissionais é o de assessorar, e não de decidir e que a decisão cabe ao juiz. Certamente assim o é, conforme salienta Cezar-Ferreira (2004) após ter realizado pesquisa com magistrados sobre o trabalho dos peritos, já que os juízes deixaram claro que a decisão final é deles e, assim, a vida de pessoas poderá ser profundamente alterada, dependendo das afirmações de quem realiza uma perícia. Por isso, os juízes lembram que os profissionais que a realizam devem ater-se à perícia, sem pretender ocupar o lugar daquele que decide, o juiz.

Mas, o que seria assessorar? Pode-se perguntar. Haveria aí uma vinculação com a forma de atuação que não se limita a emitir um laudo, mas também intervir junto às famílias? Nesse sentido, a assessoria estaria nas intervenções, nos elementos e percepções obtidos no decorrer dessa atuação? Possivelmente seja essa uma tendência e, uma fala da segunda entrevistada deixa transparecer isso, quando diz: *“...uma análise que possa ser também útil ao juiz, porque o nosso trabalho é também fazer um parecer para o juiz.* Outra expressão que pode corroborar: *“...então a gente procura sempre trabalhar muito no sentido de que independente de onde a criança vá residir, e aí eu acho que facilita o nosso trabalho, porque deixa a decisão com o juiz, independente da decisão que vá fazer, o que cada um (pai e mãe) podem estar contribuindo em benefício dessa criança, para que*

seja saudável, que possa usufruir de tudo que ela tem direito, tudo que os dois podem oferecer.” Portanto, esses trechos denotam ser realizado um trabalho com a família no sentido da proteção da criança.

Na pesquisa acima referida, Cezar-Ferreira (2004) citou a fala de um juiz entrevistado que havia enviado um casal para um trabalho preventivo e, ao final, recebeu um laudo. Entretanto, para ele, não se alcançou o resultado esperado, pois o que precisava era um trabalho com o casal. Assim, pelo fato de o trabalho hoje no TJDFT não se limitar à emissão de um parecer, de uma sugestão, pode-se estar tendendo a perceber a emissão de parecer como uma questão secundária, uma das tarefas ou somente o objetivo último.

Aliada a isso se imagina que a dificuldade de fornecer um parecer também esteja vinculada a questões de demandas e orientações contraditórias: a definição de laudo ou perícia, por si só coloca, senão uma exigência, uma expectativa de que seja oferecida uma opinião, uma sugestão (conforme se disse), entretanto a orientação de Conselhos e até de juízes no sentido de que o profissional se limite a oferecer elementos que favoreçam o julgamento da causa, no mínimo traz mais um elemento dificultador à tarefa. Uma frase da segunda entrevistada ilustra essa percepção das profissionais: “...será que a gente não deveria fazer um parecer sem estar sugerindo, e meio na linha do que os conselhos estão também apontando, de que a gente não entrasse no mérito da ação, da questão.” Dessa forma, muitas vezes o profissional demonstra sentir-se pressionado a emitir uma opinião sobre o caminho a ser tomado, outras, pelo próprio incômodo com essa tarefa, busca eximir-se desse papel. Ademais, há que se considerar as idéias que os sujeitos têm sobre a guarda. A segunda entrevistada manifesta-se com seriedade sobre o tema: **A guarda** “*de filhos é sempre uma questão delicada.*”, ao passo que o primeiro sujeito se expressara da seguinte maneira: **A guarda** “*do outro não é fácil*”, posição que revela dificuldade no exercício da guarda. Uma vez que demonstram percepções reveladoras da necessidade de se tratar com critério e com dedicação, imagina-se que os sujeitos devem esmerar-se em suas atuações e na emissão de seus pareceres.

À parte a dedicação e cuidado nesse trabalho, essas demandas contraditórias podem levar o profissional a se mostrar confuso, inseguro, com dificuldade de tomar uma posição, ficando assim como as partes demandantes da justiça (o que requer e o que é requerido), em que um ganhará, e o outro perderá. Acredita-se que esse

seja um conflito vivido na atuação: ficar entre o que está sentindo ou percebendo e o discurso da outra parte. Parece que o próprio tipo de caso acaba **partindo** o profissional, colocando-o dividido entre essas duas coisas. Um exemplo disso na entrevista com o primeiro sujeito foi: *“Embora aqui seja um contexto de disputa, às vezes a gente fica com dificuldade de exatamente entender o que está acontecendo. Essa mãe vai querer mostrar o melhor dela enquanto mãe, e ele também vai querer mostrar a parte melhor dele enquanto pai, a preocupação que ele tem em relação à filha.”* Conforme assevera Silva (2003) a função do psicólogo da Justiça *“oscila entre resolver o conflito do casal e o de transcender ao mero maniqueísmo certo/errado, ganhador/perdedor, inocente/culpado esperado pelo Judiciário”* (p.28). Em uma visão sistêmica (abordagem adotada pelas profissionais em estudo) não haveria lugar para isso, cada membro do casal ou cada um do par parental teria tanto dificuldades quanto facilidades, qualidades e defeitos.

Em função disso, possivelmente, é que a segunda entrevistada tenha frisado haver profissionais que *“manifestavam incômodo muito maior nos casos em que tinham que ser o fiel da balança, que pender para um lado ou para o outro”*. Sobre a visão sistêmica, Martins (1999) *apud* Cezar-Ferreira (2004) realizou uma pesquisa sobre perícias psicológicas, identificando, nessa teoria, subsídios teóricos que podem fundamentar esse tipo de trabalho, pois possibilita *“a ampliação no nível de análise do individual para o relacional e, também não admite uma visão de verdade ontológica, mas relativa”* (p. 117). Isso se revela fundamental na medida em que a dinâmica da vida não permite assegurar que o que se vê hoje ou agora será verdade daqui a pouco. Isso porque a constituição do sujeito subjetivamente se dá ao longo de sua história, sendo *“um processo permanente de integração, organização e mudança que tem de ser captado em seu caráter processual.”* (González Rey, 2004, p. 127).

Entretanto, há que se considerar que, mesmo não fornecendo um parecer, é impossível o profissional não se posicionar, já que sua própria forma de analisar o caso já mostra a subjetividade de quem constrói o parecer. Nesse sentido, Magalhães (2001) afirma que a avaliação está presente em todas as nossas interações sociais e, ao avaliar, as pessoas emitem juízo de valor, que se relacionam com o seu processo socializador, com as particularidades do seu contexto social e com a sua singularidade. Portanto, sempre haverá a manifestação pessoal de cada um independente da dificuldade específica de sugerir algo.

3.2. O Profissional e sua Configuração Subjetiva

A despeito dessa análise, há que se considerar que, se o profissional já apresenta características pessoais como insegurança, hesitação, falta de persistência, conforme se configurou em um núcleo do complemento de frases do primeiro sujeito (**APÊNDICE F**), mais dificuldade enfrentará para emitir o parecer. Essa entrevistada revelou-se incomodada com esses aspectos de sua personalidade nos seguintes tópicos: **Fracassei** “quando desisti de fazer algo que nem tentei; quando achei que dava e não fui; quando tentei e desisti”; **Eu prefiro** “desistir de tudo às vezes.”; **Gostaria** “de batalhar ainda mais pelas coisas da vida; de lutar pelo que é meu; de ser menos passiva.”; **Com frequência reflito** “se fiz o melhor que podia e sou altamente crítica comigo mesma.”; **Me esforço** “bastante para vencer os obstáculos (insegurança especialmente)”.

Embora revele essas dificuldades pessoais, a primeira entrevistada demonstra empenho em vencer suas dificuldades conforme se vê em frases como: **Sempre quis** “lutar por aquilo que quero; vencer as dificuldades.”; **Necessito** “vencer obstáculos; superar a mim mesma.” Assim, ela diz ainda: **Diariamente me esforço** “para vencer minhas dificuldades; para considerar o que faço importante”; **Sinto dificuldade** “de escrever sobre dificuldade já que sempre tento superá-la.” **Meus maiores desejos** “lutar pelo meu espaço de reconhecimento; vencer minhas dificuldades.”; **Dedico a maior parte do meu tempo** “buscando vencer as dificuldades; ser melhor a cada dia.” **Necessito** “vencer obstáculos; superar a mim mesma.” Esse esforço constante, sem dúvida, é fundamental e muitíssimo louvável da parte de qualquer pessoa, mas, sobretudo, de uma profissional que reconhece suas limitações tanto pessoais quanto profissionais. Esse mesmo espírito de luta para vencer os obstáculos é demonstrado pela segunda entrevistada em seu complemento de frases (**APÊNDICE G**) ao dizer: **Fracassei** “algumas vezes, mas continuo buscando”.

A segunda entrevistada revelou também alguns aspectos da sua subjetividade individual que cabem ser aqui destacados, por configurarem um sujeito sensível a questões mais abrangentes, com preocupações em um nível mais macro, de um sistema maior: **Sofro** “quando penso na guerra.”; **Me entristeço quando** “vejo imagens de guerra, violência, miséria.” Um outro lado que ela revela é o de uma pessoa com muita agitação, muitas inquietações, que se vê em mudança, ou

seja, se sente em processo e, talvez por isso, sinta certa necessidade de sossego, paz, calma e de levar uma vida saudável e equilibrada. Sobre esses aspectos, o sujeito expressou: **Desejo** “*ter uma vida mais equilibrada.*”; **Eu** “*prefiro ser essa metamorfose ambulante.*”; **Meus maiores desejos** “*saúde e paz.*”; **Minhas aspirações são** “*ter sossego (no momento).*”; **Minha vida futura** “*é construída no dia-a-dia.*”; **Farei o possível para conseguir** “*levar uma vida saudável e produtiva.*”; **As contradições** “*da vida e de mim mesma estão sempre presentes.*”; **Penso que os outros** “*são iguais a mim, mas sempre me engano: todo mundo é diferente.*”; **Estou melhor** “*agora do que no ano passado.*”

Algumas frases que denotam mudança desse sujeito denunciam também uma preocupação legítima com a saúde visto que esse sujeito teve um problema sério de saúde no ano anterior. Portanto, tem claros os limites e as suas necessidades nesse aspecto. Sobre sua forma de ser, revelada em algumas frases em uma processualidade, está de acordo com a teoria da subjetividade individual de González Rey (2003, 2004) conforme descrita no capítulo teórico dessa monografia. O sujeito não está acabado, sua personalidade é uma configuração em permanente mudança. Suas experiências no dia-a-dia vão ter um peso na manifestação dessa nova configuração. Portanto, esse sujeito que passou por uma experiência marcante em termos de saúde trará hoje uma manifestação da sua subjetividade individual com marcas desse processo vivido. Além dessa visão processual, a entrevistada manifesta uma filosofia de vida que parece ajudá-la na superação de dificuldades, como é o caso da frase: **O sucesso** “*é uma sensação de bem-estar com aquilo que se vive.*”

3.3. A Busca de Conhecimento e Crescimento Pessoal

Relacionado ao esforço do primeiro sujeito por vencer as limitações pessoais, aparece um núcleo que revela um momento de busca de conhecimento, conforme se vê nas frases: **Eu gosto** “*de ler, de estudar*”; **Gostaria de saber** “*como são as coisas do mundo; o que as pessoas pensam; o que as pessoas fazem.*”; **A leitura** “*é ótima; é fresquinha, acrescenta experiência, conhecimento.*” De igual forma, o segundo sujeito revela: **A leitura** “*me acalma e me ajuda a pensar.*”; **Quando tenho dúvidas** “*procuro ler, pensar, conversar com outras pessoas.*”; **Eu gosto muito** “*de ler.*”; Sempre que posso *leio alguma coisa*. Nesse núcleo, há algo

fundamental que é a curiosidade, a busca de conhecimento, da experiência, que são fundamentais a todo sujeito a fim de que possa se posicionar verdadeiramente, expressar seus pensamentos e idéias, enfim, toda a sua subjetividade. E, esses são, certamente, também atributos desejados naquele que elabora o parecer. Isso porque é possível se considerar que dos profissionais que elaboram parecer se espera algo além de descrições, constatações ou verificações, sendo necessário que ele argumente e fundamente suas percepções, revelando-se verdadeiros sujeitos de sua ação em suas singularidades. Para tanto, é preciso que eles tenham conhecimento e a leitura revela-se fundamental nesse processo. Sobre o conhecimento, diz Demo (2003) que ele “*é tão importante que não pode ser apenas transmitido, copiado, reproduzido. Precisa ser feito*”. Desta forma, tendo o conhecimento teórico, as profissionais, durante os atendimentos às famílias, terão a oportunidade de construir a informação, conforme ressalta González Rey (2002) as idéias passam a participar do processo de construção do conhecimento. E essas idéias brotam do confronto entre o curso do pensamento e os dados, aparecendo, então, novas idéias; e a legitimidade dessas só é viável dentro do processo de pensamento em que surgiram.

Mesmo demonstrando estar em momento de crescimento pessoal, parece haver poucos momentos em que o primeiro sujeito consegue realizar algo verdadeiramente importante para si. Qual seria o seu espaço pessoal? Essa é a indagação que vem frente a frases como: **Algumas vezes** “*luto para conseguir algo realmente importante para mim.*”; **Eu prefiro** “*desistir de tudo às vezes, lutar pelo meu espaço, lutar para ser feliz.*”; **Gostaria** “*de batalhar ainda mais pelas coisas da vida; de lutar pelo que é meu; de ser menos passiva.*”; **Com frequência sinto** “*falta de algo.*” As frases passam uma sensação de vazio e de necessidade de preenchimento, enfim, de realização, como se a sua doação a filhos, trabalho e outros projetos que possa estar realizando, lhe tirassem o espaço para viver algo primordialmente seu. Essa hipótese é ainda reforçada pelo fato de ela ter expressado, ao falar de seus sonhos e planos futuros, **Minha vida futura** “*é cheia de esperanças, de sol, de brilho.*”; **Farei o possível para conseguir** “*passar na prova de mestrado e concluí-lo posteriormente.*”; **Necessito** “*ser livre, voar.*”; **Minha satisfação** “*é poder fazer o que quero; é conseguir o que quero.*” Então, pode-se questionar se hoje ela pode fazer o que quer, se tem realizações, já que deposita tanta esperança no futuro.

O segundo sujeito apresentou uma perspectiva reveladora de valorização de suas realizações e espaço pessoal: **Eu gosto** “*da minha família, de ler, de me divertir*”; **Eu prefiro** *os finais de semana e as férias*; **Uma mãe** “*às vezes tem que ser egoísta*”; Necessito “*ter um tempo só para mim*”. Observa-se que, embora ela valorize a experiência da maternidade, a família, e manifeste seu afeto pelos filhos, coloca-se muito como pessoa, sujeito singular, não se deixando “engolir” pelo papel de mãe ou por obrigações na família. Talvez, por isso, incomodou-a ou chamou a atenção, no caso fictício utilizado para reflexão, a possível diferença na distribuição de poder dentro da relação do casal e papéis familiares. Ela se expressou da seguinte maneira sobre esses temas: “*Com relação a distribuição do poder dentro do casal, o papel da mulher. Então, tudo isso dá um certo incômodo, não chega a ser uma emoção muito forte, uma raiva, porque às vezes tem casos que dá...*”

Entretanto, esse sujeito revela uma preocupação com o fato de não encontrar espaço e tempo para ter mais coisas que vê como importantes para si. Talvez, por isso, invista e valorize tanto esse espaço: “**Diariamente me esforço para fazer tudo que preciso**; **Dedico a maior parte do meu tempo** “*a minha família e trabalho.*”; **Lamento** “*não cultivar tanto as amizades quanto deveria*”;. Pode-se observar que ambos os sujeitos apresentam uma preocupação em garantir um espaço próprio, em que faça atividades de que gosta, mas também revelam-se estressadas ou com inquietações: **Gostaria** “*de ser mais relaxada, menos estressada*”; “**Gostaria de saber por que estamos sempre correndo**” (segundo sujeito). Esses sentimentos parecem resultar da acentuada dedicação que ambas têm ao trabalho e à própria família. Além disso, outras características que parecem ter em comum, ou parecidas, é a auto-exigência, a ansiedade e falta de equilíbrio em dadas situações, perfeccionismo. Como exemplos tem-se as frases do segundo sujeito : **Me esforço** “*para ser mais paciente, calma e organizada.*”; **Meu maior problema** “*é ser muito auto-exigente.*”; **Meu principal problema** “*é querer tudo muito certinho.*”; **Minha maior dificuldade** “*é manter a calma nas adversidades cotidianas (coisas de menos importância).*”. E do primeiro sujeito: **Com frequência reflito** “*sobre mim mesma, minhas atitudes; se fiz o melhor que podia e sou (acho) altamente crítica comigo mesma.*”; **Minha preocupação principal** “*conseguir acertar...*”.

3.4. A Importância do Cenário para a Construção da Informação com as Famílias

No que tange à forma como se constrói a informação sobre as famílias atendidas, a segunda entrevistada expressou a importância do contato direto com a família para formar uma idéia real do caso e emitir um parecer: *“a partir dos atendimentos, vai se configurando, você vai formando o quadro daquela situação, que às vezes no atendimento seguinte pode modificar, pode complementar, pode corroborar uma percepção sua lá, acho que vai formando esse quadro. Quando você tá com esse quadro formado, aí acho que você se sente capaz de estar fazendo.”* E em outro momento ela acrescenta: *“uma coisa é a que é apresentada por um terceiro, no caso o advogado. Outra coisa é a percepção que você vai ter no contato com aquelas pessoas. Então isso é um ponto de partida.”*

Essas idéias estão muito de acordo com a teoria sobre construção da informação de González Rey (2002), que defende ser a produção do conhecimento um processo para o qual é fundamental a existência de um cenário, da comunicação, de uma interação entre os sujeitos (aquele que realiza o estudo e o estudado). Isso acaba por exigir que o profissional enfrente o desafio constante de procurar atualizar-se para dar conta dos temas que lhe aparecem no seu trabalho, já que cada família traz a sua singularidade. Esse esforço parece estar presente nas profissionais em apreço, conforme se referiu no tópico anterior.

3.5. A Configuração Pessoal como Dificultadora na Produção de Pareceres

O profissional, ao elaborar um parecer, deve, segundo conceito na resolução nº 17/2002 do CFP (apresentado no primeiro capítulo dessa monografia) manifestar-se tecnicamente, de maneira fundamentada e resumida sobre uma questão focal do campo psicológico, e o resultado desse trabalho pode ser indicativo ou conclusivo. Isso coloca uma responsabilidade ao profissional no sentido de realmente expressar sua opinião, não cabendo dúvidas. Pode-se imaginar, portanto, que haja dificuldades ao primeiro sujeito, aqui em estudo, de emitir juízos, sobretudo quando esbarra em questões que o deixam dividido ou ambivalente.

Esses sentimentos de ambivalência surgiriam como dificultadores para a primeira entrevistada, na definição de que parecer poderia ser oferecido ao caso.

Tais sentimentos foram revelados no momento em que ela fala das suas emoções relacionadas ao caso apresentado para reflexão (ver transcrição, **Apêndice D**). A profissional mostra sentir que aquela mãe do caso está sendo desqualificada e, ao mesmo tempo, julga que ela está acomodada por deixar sua filha sob os cuidados dos avós; acredita que aquele pai tem qualidades para exercer o seu papel, mas sente incômodo porque ele desqualifica a ex-mulher. Um trecho que exemplifica é: *“Embora ele com isso mostre assim: ‘Eu sou um paizão’, eu acredito até que ele possa ser mesmo, é importante estar validando esse pai, mas só que ele quer mais uma coisa do tipo assim: ‘eu sou melhor que você.’”* Outro seria: *...mas por um outro lado tem um comodismo dela também de a criança estar com os avós dela. Mas ao mesmo tempo, ‘poxa’ porque que a gente não pode se utilizar desse recurso, já que a gente tem? Porque sempre a mãe? Sobrecarrega bastante.”*

Observa-se, nessas expressões de idéias, a profissional em um dilema infundo sem saber o que é certo e o que é errado, o que compromete ou não o papel de mãe. Essa confusão, certamente, está relacionada à representação de mãe que vigora em nossa sociedade, conforme ela própria ressaltou: *“...isso me toca de alguma forma, porque, na verdade, na nossa sociedade é assim né, mãe é mãe, tem que ficar se dedicando ao filho. Como se dedicar ao filho sem trabalhar? vem esse pai petulante aí e diz: ‘não, eu me organizo sim, eu posso ficar um tempo com a criança.’ Como se isso fosse assim muito tranqüilo.”* Há claramente uma competição, uma disputa ou uma briga para ver quem é melhor, o que é algo sempre presente nesse tipo de caso na Justiça. A própria profissional ressalta: *“...está na Justiça para poder brigar pela guarda.”* E diante dessa representação social de mãe, aquelas que não correspondem ao que é esperado delas, mantêm-se firmes na briga ou fragilizam-se? E a profissional, também mãe, como lida com suas questões, com as indagações que partem do lado masculino e com aquelas surgidas na sua família e na sociedade? Como, enfim, consegue elaborar o seu parecer?

Sentimentos de ambivalência como os que foram apresentados pela primeira entrevistada parecem bastante relacionados ao exercício do papel materno que apareceu como outro núcleo de significados na entrevista. Stein (1994), fazendo um apanhado histórico cultural sobre os papéis arquetípicos sublinha que: *“O papel mais óbvio que as mulheres tiveram que aceitar foi o de mãe”* (p. 67). E ainda salienta que há deusas-mães em todas as religiões e, a seu ver, as qualidades divinas contidas na imagem de mãe são: mãe é doce, calorosa, amorosa, gentil, sensível receptiva,

alimentadora e protetora. Frisa ainda que mãe: *“Aceita tudo e sempre está lá para responder às necessidades da criança. Não possui vida própria longe de seu filho. Vive apenas para dar à luz as crianças, para alimentá-las e criá-las até que estejam preparadas para cuidarem de si mesmas.”* (p.68). Embora o autor pondere que o maternal envolve bem mais que parir crianças reais, sendo um fenômeno psíquico e espiritual e podendo ser o ato de dar à luz uma idéia, uma visão ou outro trabalho criativo, acredito que perdurem no imaginário social as qualidades acima referidas de mãe e as exigências conseqüentes no desempenho de tal papel.

Lima e Campos (em Lima, 2003, coord.), citando Pinto (1998), dizem que as acusações recíprocas que ocorrem no processo atingem todos os papéis familiares, em especial os de mãe e de pai. Assim, se tomarmos por base essas idéias, é compreensível que uma profissional, também mãe, veja-se no dilema de que referência adotar para defender que outra mãe esteja exercendo a contento seu papel de mãe. Que parâmetros adotar? Stein (1994) refere que as qualidades por ele listadas não são exclusivas às mulheres, podendo um homem também desenvolvê-las pelo fato de ser humano.

Embora faça as ponderações acima, o próprio Stein (1994) lembra que, infelizmente, as mulheres foram oneradas em nossa cultura com a responsabilidade de serem as únicas que portam as qualidades maternas essenciais. Talvez, em função disso, é que muitas vezes as próprias mulheres se vêem no dilema de aceitar que o homem possa exercer tal papel em seu lugar. Na entrevista, a profissional chega a referir até que aquele pai seja *“um paizão”*, entretanto imediatamente retoma o sentimento de desqualificação da mulher em seu papel. Seria como se a mulher perdesse uma parte essencial de sua existência, algo primordial ao seu ser, caso abra mão desse papel? É uma indagação que nos vem. Se as mães têm dificuldade de abrir mão desse papel, caso seja necessário, há sofrimento não só para ela, mas para a família, conforme refere Applewhite (1998) em seu livro sobre mulheres que se separaram. No entendimento dessa autora, ninguém se beneficia quando as mães se sacrificam automaticamente, sem questionamento e sempre pela família. Se a maternidade é vivida com sacrifício, com dificuldade, há que se refletir sobre ela.

De alguma forma, a primeira entrevistada revelou um esforço de lutar pela superação de dificuldades, de refletir em relação aos pontos que lhe têm sido difíceis nesse seu **papel de mãe**. E sobre isso, ela diz: *“...mas é porque essa parte da*

maternidade eu acho que é um engate meu mesmo, coisas que eu tenho mal resolvidas, de repente, coisas que eu vivencio.” E considera a possibilidade de precisar de ajuda: *“Eu acho que vou ter que buscar ajuda, romper isso.”* Fica então claro que ela busca, conforme já referimos em momentos anteriores, o seu crescimento pessoal.

3.6. A Questão de Gênero e o Valor da Maternidade para os Sujeitos Estudados

É significativo o valor que a maternidade tem para essas profissionais, aparecendo uma imagem enaltecida de mãe, revelada nas seguintes frases do primeiro sujeito: **Ser mãe** *“é batalhar para atender as necessidades dos filhos; é algo muito importante.”*; **Ter filhos** *é a melhor coisa do mundo; bom vê-los crescer; é aprender com eles.”* **Uma mãe** *“é boa; tranqüila; doadora; é incomparavelmente melhor que outra.”*. Como se pode observar, há aí várias expressões de representações sociais do que seja mãe e, sobretudo, do que significa o desempenho desse papel. Denota-se uma exigência de dedicação e doação bastante acentuadas. Isso pode estar colocando, nesse sujeito, um peso no exercício de seu papel de mãe e, sobretudo, no momento de emitir os juízos sobre os casos, uma dificuldade a mais, o que certamente contribui para a ambivalência e indecisão.

O segundo sujeito se expressou de forma idêntica quanto à questão da maternidade: **Minha preocupação principal** *“é proteger e dar segurança para meus filhos crescerem saudáveis.”*; **Amo** *“meus filhos de todo o coração.”*; **Sempre quis** *“ter marido, filhos e ser uma profissional bem-sucedida.”*; **Ser mãe** *“é padecer no paraíso.”*; **Ter filhos** *“foi a melhor coisa que fiz.”*; **As crianças** *“são mais inteligentes e maduras do que a maioria pensa”*. Pode-se observar que ambas as entrevistadas valorizam a experiência que têm com as crianças, trazendo uma conotação de que aprendem com elas. De alguma forma, isso pode estar relacionado com a experiência de ser mãe, mas também com a experiência que têm com crianças no desempenho da profissão de psicólogas. Denotam uma valorização das crianças enquanto sujeitos, o que evidencia o valor e cuidado que podem ter ao abordar uma família para definição de guarda de filhos.

A qualificação das percepções das crianças pode ser um ponto favorável às definições dos casos em atendimento. Nesse contexto, a preocupação com a

proteção dos filhos poderia também conduzir a profissional a uma tendência a aliar-se à mãe de um caso de guarda na justiça no sentido de indicar-lhe a guarda se encontrarem nela as características que acham fundamental na mãe. Entretanto, essa proteção pode não estar representada apenas pela permanência da criança na companhia de uma ou outra figura parental e, certamente, isso é visto pela profissional que analisa o caso. Tal preocupação fica evidenciada no momento em que o segundo sujeito se manifesta sobre a questão dos dados que seriam importantes no caso a ela apresentado para reflexão e ela diz: “*O efetivo exercício do papel parental, os riscos para a criança, a possibilidade de construção de acordo entre os pais, que beneficie a criança, o apoio das famílias de origem ou rede social das partes.*”

A identidade de gênero também está presente nas frases, mostrando uma visão positiva de mulher e, às vezes, de sofrimento. Destarte, nas expressões do primeiro sujeito surge a frase: **As mulheres** “*são o máximo, lutadoras, batalhadoras, importantes, bonitas, sofisticadas, bacanas*”. Já a concepção do segundo sujeito é: **Ser mulher** “*às vezes dói.*”; **As mulheres** “*em geral são mais sensíveis que os homens*”. No que concerne à questão de gênero, ainda é fundamental salientar o seguinte: na pergunta referente aos dados que seriam importantes para um colega fazer alguma definição daquele do caso, chamou a atenção da primeira entrevistada basicamente aqueles referentes a gênero: “*O poder masculino – machismo, desqualificação da mulher, enquanto mãe, ciúmes do pai quando a mãe tem um namorado.*” Isso vem evidenciar uma tendência seletiva nas percepções, o que pode colocar o foco do estudo nessas questões, podendo deixar de abordar outras que possam, igualmente, ser importantes para a abordagem do caso.

Há demonstração, em vários momentos da entrevista com o primeiro sujeito, de conflito exatamente em relação à desqualificação do papel materno que sentiu da parte do pai da criança (do caso fictício apresentado para reflexão), talvez devido ao esforço que ela própria faz para bem desempenhá-lo. Observa-se que, em muitos momentos, posicionava-se como se fosse ela própria, ali no caso, sendo desqualificada em seu papel. Isso a remetia às suas questões e dificuldades pessoais no exercício da maternidade. Em dado momento, parecia até sentir certa injustiça em relação à mulher, pelo fato de entender que ela estava sendo vista como incompetente.

Esse sujeito assim se expressa sobre essa desqualificação: *“desconsidera ela enquanto mãe tem uma certa desconsideração aí: ‘não, ela não tá exercendo o papel dela’. Então é como se ela não tivesse o direito de poder cuidar da vida pessoal dela e mesmo assim estar acompanhando o desenvolvimento da filha. Aí ele fica cutucando ela como se ela fosse incompetente. Eu não sei como nomear essas duas coisas, mas tudo isso mexe comigo porque ...”* Essa fala é carregada de emoção e ela acrescenta mais à frente: *“...acho que a emoção vem porque mexe, eu não sei exatamente que emoção, mas ‘poxa’ a gente tenta, a gente tenta conciliar trabalho, casa, filhos, não é fácil.* “ Nesse trecho, fica bastante evidente a sua emoção frente à desqualificação de uma mãe por ter outros papéis além desse. Ela demonstra conflito, coloca-se no lugar da pessoa do caso, parece agora se defender em lugar dela. Ficam algumas indagações aí: Ela foge à representação social de mãe e família tradicionais ou tenta fazer isso e não consegue fazer esse salto porque ainda se sente cobrada e incomodada quando vê mães que são cobradas nesse aspecto?

Certamente há um sentido no fato de a primeira profissional estar indignada em razão de aquela mãe parecer não poder cuidar da filha e de sua própria vida simultaneamente, pois, nas sociedades modernas, é mínimo o número de mães que têm dedicação exclusiva ao lar. Nesse sentido, Applewhite (1998) falando de família, diz que somente uma minoria privilegiada de mulheres pode ficar com seus filhos em casa, representando apenas 3% da população dos Estados Unidos da América àquela época em que ela realizou sua pesquisa.

Outro momento que passa o sentimento de desqualificação que a profissional apresenta em relação ao caso é: *“na parte da maternidade, quando ele começa a atacar, ele fala assim: ‘não mas, é porque ela deixa com os pais dela, então eu posso...’ Aí isso mexe comigo... Porque isso mexe comigo, mexe profundamente.”* O fato de estar mexida revela que a desqualificação a afeta, possivelmente, por identificar-se com a mãe, considerando haver um esforço, como o dela talvez, para ser uma boa mãe. Encontra-se aí refletida a sua subjetividade de mãe e toda a representação social desse papel na nossa sociedade. Incômodos como esse parecem ter mobilizado a segunda entrevistada durante a conversação, também quando refletia sobre o caso: *“Incômodo com relação à suposta desigualdade na relação conjugal (diferenças sociais, distribuição de poder, papel da mulher)”*.

Sobre esse tema, já dizia Suplicy (1984), que às mulheres foi ensinado que sua primeira responsabilidade deveria ser com marido e filhos, e lhe caberia, então, focar aí sua preocupação maior na vida. Isso se tornaria uma lei que, se transgredida, geraria culpa. Destarte, seria inconcebível à mulher colocar em primeiro lugar a vida profissional. E a autora desabafa: *“Penso que nós, mulheres, somos ensinadas a acreditar que existe uma dicotomia incontrolável: ou você é boa mãe ou você é profissional”*.(p.210). Essa obrigação de escolher é geradora de muita angústia, no entendimento da autora. Embora a obra não seja recente, parece muito atual diante dos incômodos, ou mesmo angústias, apresentados pelo primeiro sujeito. Porém, de outra parte, o que surge é exatamente um questionamento dessa lei que, em algum momento, foi posta em nossa sociedade, mas que hoje parece inaceitável e, de certa maneira, as entrevistadas pedem a sua revogação. Isso ocorre na medida em que elas não aceitam a diferença na distribuição de poder e reivindicam que a mulher possa ser uma boa mãe e também dar conta do seu papel enquanto trabalhadora. Elas se mostram inconformadas com as questões relacionadas ao papel tradicional de mãe, apresentados no caso para reflexão.

Assim, é possível que, em aparecendo um caso em que as profissionais tenham de lidar com a questão de uma mãe trabalhadora que é vista como relapsa ou falha em seu papel de proteção, terão, provavelmente, argumentações no sentido de refutar a tese que seja fundada somente na ocupação da mãe fora do lar. Estão elas ligadas em um novo momento da sociedade em que as mulheres constroem uma história diferente, e elas próprias são atoras desse processo, fazendo mudar a representação social de mãe na sociedade brasileira.

3.7. Contribuem na Produção de Parecer, a Maternidade ou a Maturidade?

Surge, aliada à representação de mãe da primeira entrevistada, a valorização da experiência subjetiva da maternidade como uma condição que se mostra, a seu ver, como um facilitador no processo de produção de parecer. Assim se expressa ela: *“aí eu penso assim: “quem não é mãe, como entender isso?”* E acrescenta: *“Quem é muito nova assim, o jovem mesmo que está trabalhando com família, que não tem muita experiência, que não tem essa relação com a maternidade, talvez um amadurecimento, eu fico pensando que talvez tivesse um pouco de dificuldade de ver isso que eu estou vendo, mas eu não sei dizer se isso é real”*. Ela tem uma

percepção de algo bastante subjetivo que, com certeza, apresenta um diferencial nos atendimentos às famílias e na elaboração do parecer, que é essa experiência da maternidade. Por certo, há um diferencial aí que vai além do conhecimento teórico e que ela reivindica como favorecedor na produção de pareceres.

Apesar de suas percepções, em virtude da necessidade de emissão de juízo com fundamentação técnica, parece surgir, nessa entrevistada, o pensamento de que suas idéias subjetivas não são compatíveis com esses objetivos e então ela acaba por ponderar se sua percepção é real. Além disso, em dado momento, ficou a impressão de que ela se sentiu também influenciada pela pesquisadora, uma vez que esta realiza eventualmente atendimentos a famílias e não tem a experiência da maternidade. Portanto, quando ela questiona sobre o realismo de suas percepções, houve influência de outro aspecto subjetivo, o do pesquisador, tão abominado pela pesquisa tradicional positivista, mas impossível de não ocorrer.

Um aspecto positivo resultante dessa reflexão foi que ela ponderou, a seguir, sobre a importância da maturidade, além da maternidade. Entretanto, tendo muito presente sua situação e experiência pessoal de amadurecimento, volta a fazer um paralelo com sua vivência de mãe: *"E depois a falta de amadurecimento, para as coisas da vida mesmo. Eu acho que muita coisa eu não conseguia compreender, eu não conseguia de fato entrar na dor do outro. Mas tem muitos,... eu vejo pelos estagiários, ao menos os que estão vindo aqui, eles conseguem perceber muita coisa sim"*. Interessante nesse ponto a perspectiva da processualidade da constituição do sujeito e da singularidade, conforme defendidas por González Rey (2004).

O fato de hoje ser capaz de entrar na dor do outro certamente seria mais um elemento para a sua atuação profissional, se for avaliado de acordo com a abordagem humanista. Seria essa capacidade de igual valor para o profissional que elabora pareceres? No entendimento de Silva (2003), quando as pessoas recorrem ao judiciário com o intuito de encontrar soluções para seus conflitos, isso acaba redundando em uma ampliação do trabalho do psicólogo judiciário, que deverá ir além da simples verificação de fatos e da redação de um laudo. Esse profissional será, então, chamado a ocupar um lugar na dinâmica familiar e deverá estar atento ao inconsciente grupal (fantasias inconscientes de cada membro da família, compartilhadas por todos e ansiedades geradas por essas fantasias). Aqui se poderia dizer, numa releitura, que o profissional deveria estar atento à subjetividade

social, uma categoria que possibilita (segundo González Rey, 2004) “*visualizar elementos gerais de sentido subjetivo, socialmente produzidos em cada espaço específico de subjetivação social.*”(p.130). O objetivo desse conceito seria, para o autor, de explicar a complexidade sistêmica do funcionamento dos vários espaços sociais na tentativa de superar a visão fragmentada, não holística e isolada dos espaços sociais.

Assim, colocar-se junto com a família, tanto pode ser um facilitador como um dificultador, conforme as características pessoais de cada profissional. Nesse caso apresentado para reflexão na pesquisa, é possível que a primeira profissional se alie muito à mãe e mantenha o impasse sobre que parecer oferecer, se favorável ao pai ou à mãe. Do contrário, ela irá favorecer a mãe na sua sugestão. Essa, inclusive, foi uma indicação que ela apresentou em sua resposta à terceira pergunta da entrevista (Que parecer você acha que esse colega daria para esse caso?). A segunda entrevistada não se manifestou, ressaltando ser “*difícil responder porque uma coisa é o que a leitura do caso ou dos autos nos suscita. Outra é o contato com a família por meio do estudo psicossocial (entrevistas, visitas, etc.) que podem corroborar algumas percepções/hipóteses ou modificá-las. O parecer só é possível a partir do contato real com as famílias.*” Tal opinião está bem de acordo com a idéia desenvolvida por González Rey (2002) de que o cenário facilitador para que o sujeito se veja implicado em um processo de pesquisa (e aqui se diria de um estudo psicossocial) seria a comunicação entre pesquisador e pesquisado e também dos sujeitos pesquisados entre si (no caso, os membros da família).

Com relação ao aspecto da mudança de guarda, anteriormente referida, vale lembrar o que se apresentou no capítulo teórico em termos da consideração de que o parecer favorável à figura materna pode não resultar de um viés de gênero. Isso ficou evidenciado em investigação realizada por duas profissionais (Corrêa e Andrade, 2004) acerca de pareceres no TJDFT. Destarte, conforme revelou o estudo daquelas autoras, há que se pensar no envolvimento de outras questões em definições de tal natureza, além de ser fundamental avaliar e aprofundar outros elementos subjetivos imbricados em tais questões, como foi assinalado no referido capítulo.

Tendo em mente essas argumentações, talvez seja possível se inferir que mais que a experiência pessoal com a maternidade, ou a maturidade do profissional, que também pode decorrer dessa vivência, o que parece ser mais direcionador do

parecer são os próprios indicadores que vão aparecendo no decorrer do estudo. Esses indicadores são trazidos pela família ou pela própria vivência profissional ou pessoal do sujeito que atende.

3.8. Visão sobre a Figura Masculina, o Casamento e a Vida em Família

Observou-se que a visão de homem que a primeira entrevistada apresenta, outro núcleo identificado, pode ser determinante também na sua decisão sobre que parecer oferecer na disputa entre um par parental (homem e mulher). Nesse caso, ela expressou uma visão ambígua da figura masculina. Parece não acreditar na capacidade dos homens, mas ao mesmo tempo, atribui adjetivos valorizando-os. Inicialmente, expressa-se no complemento de frases assim: **Se os homens** “*fossem menos maus; menos moles; menos ridículos; menos convencidos, acredito que o mundo seria melhor.*” Ela coloca uma carga enorme de responsabilidade sobre os homens pelo fato de o mundo não ser tão bom. Uma visão assim leva a se pensar numa experiência bastante negativa com os homens por parte da entrevistada. Mas, na outra frase sobre esse gênero, ela se posiciona de forma completamente inversa. Possivelmente, porque aqui ela pôde se colocar no lugar de um homem, ao invés de simplesmente emitir um julgamento, o que muda a perspectiva. Então, **Ser homem** “*é bom, prazeroso, honroso, é ser digno de valorizar o homem e a natureza.*” Portanto, aqui o homem adquire uma conotação bastante positiva, inclusive valorativa da espécie e da própria natureza. Poder-se-ia levantar a hipótese de que ela tivesse se posicionado em relação ao homem como ser humano. Contudo, em outra frase, os homens são também colocados dentro de uma perspectiva enaltecida e, ao mesmo tempo, negativa: **Os homens** “*são lutadores, batalhadores, são infiéis; são não confiáveis.*”

A segunda entrevistada mostra as seguintes percepções dos homens: **Se os homens** “*fossem mais solidários com suas esposas/companheiras muitos casamentos não acabariam.*”; **As mulheres** “*em geral são mais sensíveis que os homens.*”; **Ser homem** “*às vezes é ser egoísta.*”; **Os homens** “*podem ser encantadores quando querem*”. É interessante observar a perspectiva de comparação entre gêneros por parte dessa entrevistada e, ao mesmo tempo, relacional, na qual ambos teriam responsabilidade pela manutenção de um casamento. Essa visão do sujeito pode denotar, de certa maneira, uma idéia de que

a mulher tem se esforçado mais para o cultivo das relações. Nesse sentido, poder-se-ia suspeitar que identificadas as características referidas nos ex-casais em atendimento, a entrevistada poderia tecer tais julgamentos e isso possivelmente direcionaria seu parecer.

Analisando-se as frases das duas entrevistadas, observa-se uma semelhança entre duas delas que expressam uma responsabilização ao homem por questões maiores, quais sejam: o casamento e o próprio mundo melhor: **Se os homens** “*fossem menos maus; menos moles; menos ridículos; menos convencidos, acredito que o mundo seria melhor.*” (primeiro sujeito) e **Se os homens** “*fossem mais solidários com suas esposas/companheiras muitos casamentos não acabariam.*” (segundo sujeito). Seriam essas idéias resquícios das idéias feministas ou de uma nova representação social de casamento? Seria realmente uma exigência de que os homens adotem atitudes mais diretivas, participativas e até afetivas nas relações e no contato com a sociedade, numa atitude mais ética, para uma mudança na qualidade das relações e da vida? Acerca do casamento, Stein (Em Zweig, 1994, org.) diz que o tradicional casamento patriarcal mostrou-se viável enquanto estava contido na comunidade maior onde havia significado em criar crianças e perpetuar a vida da comunidade. Entretanto, no entender do autor, a partir do colapso da comunidade, o casal tendo se isolado, se afastando dos rituais comunitários, os parceiros se tornaram cada vez mais dependentes um do outro para a intimidade, companheirismo e renovação espiritual. Talvez seja isso que faça com que as expectativas das entrevistadas sejam de que haja uma presença maior desses homens, que, possivelmente elas percebiam, nos atendimentos, como pouco presentes em seus lares ou mesmo na vida social de forma geral.

Ademais, essa visão de homem pode afetar diretamente a visão de pai já que (em relação ao primeiro sujeito) não sendo confiáveis, sendo maus e moles, por exemplo, como ele poderá responsabilizar-se por um filho ao deter a guarda dele? Entretanto, essa entrevistada manifesta uma visão de pai numa dimensão valorativa, mostrando colocar-se no lugar da figura paterna. Assim se expressa: **Ser pai** “*é muito duro, é difícil*”. Pode-se acreditar que, nesse momento, ela se reportou não aos pais de maneira geral, mas à sua vivência pessoal específica com essa figura (com pai e marido). Já o segundo sujeito se manifesta: **Ser pai** “*não é de uso diário.*”, o que passa a impressão de que esse papel é exercido eventualmente. Por quem? Pelos pais de forma geral? Pelo pai de seus filhos? Ou por ela própria

exercendo tal papel? Ao mesmo tempo, quando diz de sua preocupação principal ser “*proteger e dar segurança para meus filhos crescerem saudáveis.*”, não deixa transparecer uma inclusão do pai nessas tarefas.

De outra parte, o segundo sujeito parece ter uma vivência afetiva no casamento favorecedora de seu crescimento pessoal já que diz: **O casamento** “*é uma oportunidade incrível da gente virar gente grande.*”. Além disso, ela manifesta tristeza com a idéia de separação: **A separação** “*é muito triste mesmo quando de comum acordo*”. Revela aí um pesar pelo término das relações, acentuando sua valorização dessa instituição (casamento) e reforçando aquilo que disse acerca da responsabilidade dos parceiros na manutenção da união quando diz que: “*... muitos casamentos não acabariam*” caso os homens fossem mais solidários com as esposas. Há que se imaginar como essa profissional lida com os casos que atende para a elaboração de parecer, já que a maioria deles refere-se a famílias em separação. Haveria uma espécie de culpabilização de um parceiro, uma busca pelas causas ou uma tendência por analisar relacionalmente, encontrando a participação de ambas as partes na finalização do casamento? De todo modo, parece estar muito junto com essas famílias na vivência dessa dor, desse pesar pela separação. Por outro lado, expressa algo que leva a crer em um conflito relacionado ao seu próprio casamento: **Se as famílias** “*pudessem, facilitariam a vida de seus membros.*”; **Me incomodam** “*a burrice, a mesquinharia e a melancolia.*” e **Ser homem** “*às vezes é ser egoísta*”.

3.9. Os Conflitos Pessoais Frente ao Trabalho Desenvolvido

O trabalho de quem elabora pareceres na Justiça, muitas vezes, parece gerar conflitos no profissional levando o sujeito a vê-lo ora como bom, ora como ruim, exigindo esforço para considerar importante o que faz, ao que deixa transparecer o primeiro sujeito nas frases referentes ao trabalho. Suas expressões são as seguintes: **Diariamente me esforço** “*para considerar o que faço importante.*”; **Esperam que eu** “*alcance o resultado; dê mais de mim; seja melhor do que eu sou.*”; **O trabalho** “*é exaustivo; perigoso; importante; imponente; dignificante.*” **Quando trabalho sozinha** “*acho bom e acho ruim; me concentro melhor ou não; às vezes preciso de ajuda*”. Essa forma de manifestar-se acerca do trabalho dá um tom

de realismo também, pois ressalta os aspectos negativos que, com toda certeza, o trabalho apresenta. Porém, aparecem, uma vez mais, ambivalências do sujeito.

O segundo sujeito trouxe algumas considerações bastante semelhantes quanto a essa questão, revelando certo incômodo relacionado ao trabalho quando se manifesta da seguinte forma: **No Tribunal** “*nem sempre é possível fazer aquilo a que nos propomos*”; **Em relação às tarefas do trabalho, cabe a mim** “*supervisionar, delegar/distribuir, negociar com a chefia.*”; **Acredito que minhas melhores atitudes** “*aparecem quando evito reclamar e aumentar os problemas*”; **Esperam que eu** “*faça as coisas mais chatas do mundo sem reclamar.*”; **Considero que posso** “*contribuir no meu trabalho.*”; **Sinto dificuldade** “*com situações que as pessoas não usam o bom senso e não te escutam.*”; **Com frequência sinto** “*desânimo.*”; **Algumas vezes** “*fico cansada, muito cansada.*”; **Minha opinião** “*nem sempre é levada em conta.*”; **O trabalho** “*me dá mais preocupação do que deveria.*”; **Dedico a maior parte do meu tempo** “*a minha família e trabalho.*”; **Minha satisfação** “*aumenta quando tenho a sensação do dever cumprido.*”. É importante levantar uma reflexão sobre o nível de exigência experimentado por essas profissionais no seu cotidiano de trabalho. Ambas expressam sentir uma alta expectativa sobre o desempenho delas, possivelmente por parte da chefia já que pela equipe (conforme se verá a seguir) não parece haver esse tipo de atitude. Aliado a isso, há um nível de auto-exigência bastante significativo que aparece nas frases de ambas as entrevistadas, conforme já se referiu, o que pode elevar o sentimento de frustração.

Observou-se que surge um sentimento de frustração, compartilhado pelas entrevistadas, acerca de não terem suas opiniões ouvidas. A primeira entrevistada escreve: **Minha opinião** “*nem sempre é ouvida, atendida ou entendida*”; já a segunda chega a expressar: **Não posso** “*dizer tudo o que penso.*” E, possivelmente, seja isso que gera seu desânimo. Elas parecem apresentar um sentimento de desvalia em relação às suas ações no trabalho. Isso tem a ver com a impossibilidade de se manifestarem como sujeitos, já que a oportunidade de mostrarem suas idéias, sua singularidade é que as faria se revelarem verdadeiramente sujeitos. Conforme ressalta González Rey (2003):

“*O discurso é uma das formas da subjetividade social e está organizado dentro de inúmeros sentidos subjetivos, em cuja totalidade aparece todo o seu valor heurístico para a compreensão da realidade social. O emprego das*

palavras é uma expressão simbólica, que, além de mostrar um ou vários sistemas discursivos, significa também a história única de quem fala, o que diferencia as emoções associadas do emprego das palavras, dando lugar ao seu sentido.” (p. 213).

Sentir que suas opiniões são importantes e têm valor é fundamental nesse contexto de trabalho posto que as entrevistadas devem sentir segurança sobre as idéias e opiniões que estão desenvolvendo, pois têm como objetivo do trabalho emitir pareceres.

Um outro aspecto que aparece como gerador de conflito interno nesse trabalho é quando aparecem casos que têm o tema o abuso sexual. O segundo sujeito expressa na entrevista (**Transcrição - Apêndice E**): *“...por exemplo nos casos de abuso sexual eu identifico que todo mundo (refere-se à equipe) tem dificuldade de estar fazendo o estudo e, às vezes, nem tanto de fazer o parecer, mas de fazer o estudo psicossocial, porque é um tema que mobiliza muito, que a primeira reação das pessoas é assim: “ai vontade de evitar isso daí, de não ter que fazer.”*. O primeiro sujeito, embora não tenha abordado essa questão, faz parte dessa equipe e, ademais, revelou ter dificuldade de falar sobre as dificuldades. Nesse sentido, conforme salienta Ribeiro (2003): *“...os psicólogos com sua subjetividade também experimentam emoções ao entrar em contato com essas famílias, e constituem seus próprios sentidos”*(p. 56). E como esses sentidos às vezes se formam de maneira contraditórias e inconscientes, como a autora acrescenta, é preciso entender os processos subjetivos do profissional, além daqueles apresentados pelas famílias atendidas.

Muitas vezes, os sentidos e significados do abuso sexual mobilizam o profissional a ponto de ele realmente querer se esquivar de atender a esse tipo de caso. Mas, e se todos os profissionais se esquivarem, quem dará conta da tarefa? No âmbito institucional, não há como escolher a clientela. É fundamental, portanto, uma preparação teórica, metodológica e mesmo emocional para se defrontar com esses casos, embora se considere que as emoções não serão jamais eliminadas. Nesse sentido, Ribeiro (2003, pp. 57-58) diz que:

...considerando o papel das emoções e da afetividade na construção do conhecimento, é necessário não só resguardar a vivência dos sujeitos que demandam ajuda, mas também a vivência do terapeuta na relação.(...) Essa postura do terapeuta, do psicólogo da Justiça, abre espaço para uma integração dos

saberes do profissional, da instituição, da família, da Psicologia e do Direito, considerando suas particularidades e suas diferenças, porém articulando-as de forma a abarcar as possíveis contradições entre esses saberes.” Seria exatamente nessa integração que se encontraria uma força a mais para dar conta de fenômenos mais complexos como os de abuso sexual.

3.10. A Visão Positiva sobre o Trabalho e a Equipe

A despeito de todas essas dificuldades, aparece uma visão positiva sobre o trabalho que, possivelmente, advenha para o primeiro sujeito, do fato de ter realização na profissão e estar integrada a uma equipe que admira, já que expressa **Minha profissão** “*é maravilhosa; é boa; ajuda as pessoas e a mim mesma*”. Ela vê possibilidade de crescimento pessoal no exercício da profissão de psicólogo. E, além disso, tem uma percepção sobre sua equipe de trabalho igualmente positiva: **Minha equipe** “*é linda; maravilhosa, me traz surpresas às vezes.*” A segunda entrevistada assim se manifestou: **Minha profissão** “*é uma montanha russa.*”; **Sempre quis** “*...ser uma profissional bem-sucedida.*”; **Minha equipe** “*é muito experiente e profissional*”. Silva (2003) salienta que o profissional que exerce a profissão em Tribunal, em atividades do gênero dessas que fazem parte do âmbito de atuação dos sujeitos aqui em questão, trabalha com situações-limite e, por isso, necessita submeter-se à psicoterapia, para lidar com suas emoções e dificuldades. Já o valor da equipe é ressaltado por Rodrigues e Lima (2003) ao dizerem que a metodologia utilizada nos atendimentos a famílias no Tribunal engloba atendimento em duplas e reuniões de estudo de caso, objetivando ampliar a visão da dupla de profissionais acerca do caso, a partir da perspectiva dos demais elementos da equipe.

É possível que essa metodologia também favoreça a visão positiva que as profissionais apresentam da equipe e, às vezes, do trabalho que desenvolvem. A importância do trabalho em equipe apareceu em frases como: **Quando tenho dúvidas** “*procuró ..., conversar com outras pessoas*” (segundo sujeito) **Quando tenho dúvidas** “*procuró ajuda de alguém,...*”; **Quando trabalho sozinha** “*... às vezes preciso de ajuda.*” (primeiro sujeito). Nesse sentido, poder contar com outras opiniões de membros da equipe pode significar não só o enriquecimento do caso em estudo, mas também encontrar um suporte emocional para lidar com os casos mobilizadores das mais diversas emoções. Emoções estas impossíveis de não

aparecer uma vez que elas permeiam os espaços comunicacionais, atualizando as subjetividades tanto dos sujeitos em atendimento, quanto daqueles que atendem (os terapeutas). Entretanto, a equipe pode dar continência aos sofrimentos desses profissionais cuidadores.

Interessante observar que Rotter (1967) já expunha que, em virtude de os psicólogos clínicos basearem suas importantes decisões em juízos subjetivos que afetam a vida das pessoas, deveriam obter um treino da melhor qualidade possível. Por se conceber que esses juízos subjetivos são inerentes aos sujeitos, acredita-se que não será um bom treino que os afastarão. Mais do que isso, há que se considerar a importância daquilo que as próprias entrevistadas acabam ressaltando em alguns momentos da entrevista ou do complemento de frases: a existência de uma equipe e do trabalho em dupla de profissionais. Isso viria possibilitar uma construção conjunta, na medida em que os profissionais podem discutir suas percepções e avaliar os indicadores que aparecem durante o estudo, conferindo-lhes maior segurança quanto ao parecer que será oferecido.

Rotter (1967) insiste na importância da experiência profissional nos casos em que as *“pessoas tomam a responsabilidade por importantes decisões sobre outros indivíduos,...”*(p.24). Ele argumenta que a eficácia aumentaria com maior treino. Sob esse prisma, é possível concordar com sua proposição até mesmo corroborando uma opinião da primeira entrevistada quando disse que a maturidade é importante para o trabalho que desenvolve. Aliada à maturidade de cada sujeito, viria a vivência profissional, conforme se disse anteriormente nesse capítulo e que, a nosso ver, contribui grandemente para a percepção de indicadores durante o estudo psicossocial. Ademais, é inegável que, embora não sejam as profissionais quem tomam a decisão final, pois cabe ao juiz fazê-lo, elas apontarão caminhos, por meio dos elementos fornecidos nos pareceres psicossociais.

CONCLUSÕES

De acordo com Marques (2003), as conclusões nunca são conclusivas, devendo apontar para novos horizontes de pesquisa. Essa afirmação é bastante profícua para se iniciarem as conclusões de um estudo qualitativo, pois se tem a certeza de que o conhecimento aqui produzido não está acabado e gera indagações bastante propícias para novas investigações sobre o tema. Acredita-se, conforme se assinalou inicialmente nesta monografia, que não se tem um diagnóstico acabado da realidade, mas se tem, sim, um quadro daquele momento em que se abordou as profissionais.

Esta pesquisa buscou estudar os aspectos subjetivos de duas profissionais (psicólogas) na produção de pareceres em casos de guarda de filho de casal em separação na Justiça. Elegeu-se como método o estudo de caso, que se revelou poderoso frente aos objetivos dessa investigação. Durante todo o processo de construção da informação, foram identificadas, sobremaneira, experiências pessoais da vivência em família das entrevistadas, bem como aquelas oriundas das construções produzidas durante os atendimentos realizados pelo sujeito no seu exercício profissional no TJDFT.

Constatou-se que há elementos bastante significativos que apareceram nessa investigação com maior preponderância. Dentre eles, destaca-se a emoção gerada no sujeito frente a questões específicas dos casos que serão estudados. Dentre elas está a percepção de desqualificação de uma mãe em seu papel; outra seria a abordagem de casos que envolvem abuso sexual e, por fim, a própria disputa. No primeiro caso, as dificuldades pessoais, as angústias, dúvidas, dilemas advindos do exercício do papel de mãe se afluam na profissional a cada momento em que há qualquer indicativo de haver falhas no exercício desse papel. Evidencia-se uma noção de injustiça no sentido de que há um esforço da própria profissional, que se identifica com a mãe do caso que ela está estudando, no sentido de cumprir todos os seus papéis e, sobretudo, ser uma boa mãe. Tudo isso, certamente, tem bastante imbricadas as questões de gênero e a representação social de mãe que o sujeito tem. Frente a esses elementos subjetivos, surge alguma interferência no ato de pensar o parecer e faz-se a hipótese de que a profissional possa tender, em algum momento, a emitir parecer favorável mais a mães, em detrimento de pais. Ao mesmo tempo, é interessante observar o quanto esse incômodo é capaz de mover as

profissionais para se posicionarem, questionarem, o que certamente pode ocorrer nos atendimentos gerando um repensar dos papéis e mesmo das representações sociais de mulher, de mãe e de homem.

De outra parte, conforme se assinalou no capítulo anterior, pode-se avaliar que são muito mais direcionadores do parecer os próprios indicadores que vão surgindo durante o estudo psicossocial. E esses podem até surgir em função da experiência pessoal com a maternidade, ou mesmo devido à maturidade do profissional, mas não só daí. Esses indicadores são trazidos no conteúdo das falas da família ou pela própria vivência profissional ou pessoal do sujeito que atende. Muitas vezes surgem relacionados às emoções de ambos os sujeitos envolvidos no estudo (terapeuta e família).

Quanto à emoção (e até repulsa) relacionada aos casos de abuso sexual, não referida especialmente pelas entrevistadas pessoalmente, mas apresentada como sendo uma dificuldade da equipe em geral, vem mostrar o quanto questões de violência como essas são mobilizadoras e necessitam ser consideradas em ambos os sujeitos (o terapeuta e o cliente). Também aponta para a necessidade, cada vez maior, de que os casos complexos sejam vistos de forma mais ampla, envolvendo não só a rede interna de profissionais (juizes, promotores, advogados e os psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, sociólogos e outros que possam existir), mas também a externa (família, escola, igreja, centros sociais, hospitais, vizinhança e outros). Tudo isso poderá representar uma soma de saberes, uma força que, mesmo com emoção diante dos sofrimentos, conduzirá a caminhos ou soluções mais ricos.

Já a mobilização emocional gerada pelos casos de disputa, aliás, tipo de casos com os quais as profissionais sempre se deparam, parece gerar certa ambivalência (emitir ou não emitir sugestão), portanto não sendo conclusivas no seu documento. Na verdade, surge aí uma tendência de emissão de pareceres mais indicativos, nos quais se busca construir uma proposta com as famílias, faz análises e oferece elementos ao magistrado para que ele tome a decisão. Na verdade, evidenciou-se, nessa pesquisa, uma tendência das profissionais em mostrar como as famílias se apresentam no momento, sem a intenção de fechar um diagnóstico, o que mostra uma processualidade. Essa forma de focar a família está de acordo com a teoria da constituição subjetiva do sujeito, de González Rey. Talvez um dos achados mais valiosos desse estudo seja de que, a despeito da subjetividade

presente nos estudos, o mais importante é que os saberes das profissionais têm aparecido na sua atuação não como uma verdade, mas sim se somando ao saber dos sujeitos atendidos, na busca de uma construção conjunta e processual. Daí possivelmente surja o incômodo quando têm que dar sugestões, o que pode estar significando ter a “verdade”. Desta forma, mantém as famílias como sujeitos de suas ações.

Uma visão bastante ambígua de homem também se faz presente e elementos negativos que aparecem poderiam fazer crer que isso poderia levar a profissional a ter dificuldade de oferecer parecer favorável aos pais que requeiram a guarda de seus filhos. Apesar de existir outro estudo com esse mesmo grupo a que pertencem as profissionais revelando que a proteção da criança da criança é a diretriz para o parecer, demonstra não estar superado esse tipo de tendenciosidade. Por certo, quando aparece, há outras possibilidades para lidar com ela, sem, contudo, permitir que fique registrada no parecer e “defina as vidas” conforme salientou um juiz sobre o poder do parecer: a metodologia usada por esse grupo na abordagem da família (teoria sistêmica, atendimento em dupla, uma equipe), a supervisão constante, a busca incessante de crescimento profissional e pessoal, a busca de ajuda quando têm dúvidas, como asseveraram as entrevistadas e a própria consideração de que a subjetividade está presente. É preciso reconhecê-la na família e no profissional a fim de tê-la como aliada e não como negativa.

Possivelmente em função da complexidade que se apresenta no desenvolvimento de um trabalho dessa natureza, exigindo sempre muito cuidado, muito juízo de valor, capacidade de discernimento, oferecer parecer se mostrou algo difícil para os profissionais. Aparece o desejo de se esquivar, havendo uma tendência a oferecer uma análise do caso e elementos para a decisão, sem, contudo, apresentar sugestões. Há uma mobilização no sentido de apresentar relatórios diferenciados, como resultado da construção entre os sujeitos (terapeuta e família). Acredita-se que o respeito aos sujeitos estudados e mesmo o desejo de que sejam eles próprios quem decidam sobre seus futuros, impede as profissionais de ver com naturalidade a possibilidade de sugerir.

Um outro achado foi, exatamente, que as profissionais têm uma atitude bem próxima do que defende González Rey quanto à construção da informação na produção de seus pareceres já que colocam relevância no contato, no momento com a família, atribuindo importância ao processo. Mas, ao mesmo tempo, surge certo

desconforto quando não evidenciam uma evolução nessa construção durante o trabalho desenvolvido, o que se traduziria em algumas mudanças e, mesmo na construção de um acordo.

Muito embora haja esses incômodos, os registros pessoais, as emoções dos sujeitos terapeutas parecem ser úteis na construção de novos significados e sentidos com os sujeitos em estudo. Nesse sentido, é que se pode validar, cada vez mais, a presença da subjetividade nessa construção já que possibilita o oferecimento de um parecer co-construído. Isso está bem de acordo com a teoria de González Rey sobre a construção do conhecimento. Posto isso, é possível que se todos os operadores da lei tivessem alcance dessa forma de visualizar a questão, seria diminuída a apresentação de impugnações a pareceres ou mesmo retorno de autos para realização de novos estudos frente a questionamentos de que há aspectos subjetivos presentes nos pareceres. Indubitavelmente, eles sempre estarão presentes.

Ademais, os sujeitos embora encontrem dificuldades relacionadas ao oferecimento de sugestões (pareceres) nos casos estudados, revelam esforço em vencer as dificuldades, em buscar conhecimento o que certamente as leva a oferecer serviços de melhor qualidade. Esse empenho traduz também um gosto pelo trabalho em algum dos seus aspectos. Isso possibilita que os sujeitos se revelem em suas singularidades na emissão de pareceres. Se assim o fazem, têm condições de construir informações com as famílias atendidas e, por que não dizer, realizar a construção do conhecimento na área em que trabalham. Isso, por certo, em cada parecer pode disseminar conhecimento entre os operadores da lei (magistrados, promotores e advogados). Essa disseminação é fundamental para o crescimento do campo de trabalho em que atuam esses sujeitos.

O trabalho desenvolvido no Tribunal aparece como gerador de conflito, sendo percebido como bom e, ao mesmo tempo, ruim em algumas vezes, o que é natural, pois sempre há o lado positivo e o negativo em tudo. Entre aspectos negativos, são ressaltadas preocupações excessivas, o cerceamento de expressão e a desconsideração da singularidade do profissional que percebe não consideradas suas opiniões. Revela-se ainda certa frustração quanto ao que almejam realizar e o que é possível e mesmo às exigências ou restrições institucionais. Isso certamente decorre de se tratar de um espaço institucional com as limitações próprias desse âmbito. Trabalhar em uma instituição jurídica onde a norma e o poder falam mais

alto é, por si só, cerceador da expressão da subjetividade. Mas, contraditoriamente, as opiniões, os pensamentos expressos e sustentados têm grande valor nesse contexto, visto ser assim que garantem sua qualidade. Defender idéias é fundamental ao oferecer um parecer.

Para defender idéias, entretanto, é necessário que os sujeitos estejam seguros também das demandas que lhe são impostas e revelou-se, nesta pesquisa, certo conflito de idéias frente a demandas contraditórias sobre o parecer. Tais conflitos seriam advindos de origens diversas: Conselhos Regionais, os juízes, a metodologia adotada pela equipe e as próprias convicções internas de cada sujeito. Eles colocariam uma dificuldade a mais sobre a consecução da atividade. Seria, portanto, fundamental se investir em um aprofundamento da questão – produção de pareceres – envolvendo os Conselhos Regionais das profissões, os juízes, as equipes de trabalho e até, quem sabe, promotores e advogados a fim de ter ao menos posições mais firmes acerca do que é demandado, do que se deve produzir.

A despeito de todos os impasses profissionais, o trabalho revela-se interessante para as profissionais. Há elementos indicadores de que há realização com ele, mas, sobretudo, houve idéias que apontaram para a satisfação com a profissão de psicóloga, que oferece a possibilidade de ajudar às pessoas e a si próprio em seu crescimento. Isso é favorável ao envolvimento do profissional com sua tarefa, ao desempenho de suas atividades com maior afinco para a consecução de objetivos.

Pensar-se sobre a possibilidade de a subjetividade do profissional ser um elemento que pode influenciar na qualidade (melhor ou pior) do parecer, conforme se questionou, inicialmente neste trabalho, parece não ser, nesse momento, o principal. A partir do momento que se admite que ela simplesmente existe e deve ser considerada, há que se qualificar o seu valor, ou seja, deve-se buscar encontrar a contribuição que ocorre ao se considerarem as diversas perspectivas de vários sujeitos envolvidos em um estudo (os profissionais e as famílias) a fim de se ter o alcance das configurações e um produto mais rico no trabalho. Por esse prisma, é possível se enxergarem as singularidades de cada sujeito, inclusive daqueles que oferecem pareceres na Justiça, e se vislumbrarem novas possibilidades.

Uma vez que se tem certeza de que a subjetividade estará presente sempre e que a sua riqueza está exatamente em ter a convicção de que ela existe e que se deve somar à(s) subjetividade(s) dos outros com quem se inter-relacionam para

construir a informação, acredita-se que a subjetividade presente nos pareceres o enriquece. Conjectura-se que, embora ainda questionada, na atualidade, a presença da subjetividade no processo de construção de pareceres na Justiça, pode gerar um conhecimento mais rico, de maior validade científica e que, por isso mesmo, pode ser generalizado naquele contexto. Assim, a subjetividade, nesse âmbito, também deve ser reconhecida e valorizada. Do contrário, estar-se-ia negando os profissionais em suas singularidades e é ela que os faz sujeitos de sua ação. Sem a subjetividade presente, seriam meros preenchedores de formulários, sem posicionamento próprio. Certamente, não é isso que a Justiça peça no momento atual.

Espera-se que o processo de construção do conhecimento sobre a produção de pareceres psicossociais nos casos de guarda de filhos na Justiça tenha legitimidade pela sua qualidade. Apesar da contribuição que se possa ter oferecido com esta monografia, acredita-se que este estudo possa ainda ser aprofundado, já que é um tema bastante complexo, sobre o qual se pode levantar novos questionamentos e seguir construindo conhecimento científico nesta área, até porque o conhecimento da realidade não se esgota.

Apêndices

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS

Instituição: Centro Universitário UniCEUB
Faculdade de Ciências da Saúde
Curso de Psicologia

Título do Projeto: A Subjetividade dos Pareceres Psicossociais em Casos de Guarda na Justiça

Pesquisadora: Joana d'Arc Cardoso dos Santos, 10º semestre do curso de Psicologia.

Telefone:

O propósito desta pesquisa científica é procurar compreender os sentidos e significados existentes, do ponto de vista emocional e cultural, para profissionais da SEPAF frente a seu trabalho com famílias que disputam guarda na justiça, durante o estudo psicossocial, com o fim de produzir pareceres.

Por meio deste TERMO, em duas vias, declaro que eu,

concordo em participar na qualidade de voluntária da pesquisa acima mencionada. Por meio deste, dou permissão para ser eu entrevistada e para estas entrevistas serem gravadas em cassetes.

Tenho ciência de que ao término da pesquisa as fitas serão apagadas e que os resultados serão divulgados, porém sem que meu nome apareça associado à pesquisa. Também estou ciente de que um professor orientador da pesquisa terá conhecimento do conteúdo, para discutir os resultados, porém, tudo transcorrerá dentro das normas do sigilo profissional.

Estou ciente de que a qualquer hora posso cancelar meu consentimento, encerrando minha participação na pesquisa.

Por fim, também estou ciente de que terei a oportunidade para perguntar sobre qualquer questão que eu desejar, e que todas terão que ser respondidas a meu contento.

NOME**ASSINATURA**

Pesquisadora: Joana d'Arc Cardoso dos Santos _____

Entrevistada N° ____: _____

Local: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Data: Brasília, _____ de _____ de 2005.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Caso com situação conflitiva para se posicionar:

Leia com atenção o Caso a seguir e, procure responder às questões com as primeiras idéias que lhe vierem à cabeça. Esse caso não está sendo atendido por qualquer colega da SEPAF, é um caso fictício.

CASO

A Sra. Goreth, 30 anos, casou-se com o Sr. Paulo, hoje com 32 anos de idade, quando ambos estavam concluindo seus cursos universitários – ela administração e ele, contabilidade. O namoro e noivado duraram o tempo da faculdade. A família de ambos aprovava a relação, embora a família da Sra. Goreth questionasse a diferença de nível social entre as famílias. Desde o início, a Sra. Goreth deixou as contas e decisões financeiras a cargo do marido já que ele era contador. Com o tempo, ela passou a incomodar-se com o controle financeiro que ele exercia sobre ela. O relacionamento, que durou 10 anos foi permeado por muitas brigas e tentativas de separação.

Há 5 anos, época do nascimento Tatiana, única filha que tiveram, os conflitos passaram a se agravar e após tentativas de separação e reconciliação, inclusive com interferência de familiares de ambos, o casal se separou. Tatiana tinha, então, 2 anos de idade e permaneceu na companhia da mãe que voltou a morar com seus pais, que a apoiaram. A Sra. Goreth, à época, estava prestando concurso para sua área. O Sr. Paulo já trabalhava em sua empresa, montada por seu pai. A família da Sra. Goreth praticamente mantinha a filha e neta, pois a primeira apenas realizava trabalhos esporádicos. O Sr. Paulo arcava com as despesas hospitalares, de Tatiana e pagava pensão regularmente, assumindo o seu papel de pai. Desde a separação a criança manteve contato com o pai e sua família e a Sra. Goreth acordou com o Sr. Paulo que Tatiana passaria a dormir na casa paterna logo que sua idade permitisse. Sempre houve entendimentos entre esse par parental, o que beneficiava a filha.

Atualmente, a Sra. Goreth está trabalhando em sua área em uma grande empresa e namorando o Sr. Marcos, seu colega de trabalho. O Sr. Paulo tem

criticado essa relação. Desde que o Sr. Paulo soube desse relacionamento, os entendimentos sobre Tatiana têm sido dificultados. O Sr. Paulo considera que a Sra. Goreth não tem tido tempo para a filha, não retorna seus telefonemas para acertos sobre a criança, conforme era antes e isso acaba lhe restringido os contatos com a filha. Ademais, alega que a filha fica muito por conta dos avós já que a Sra. Goreth às vezes trabalha até tarde ou sai com o namorado e, ao chegar Tatiana já está dormindo. Diz acreditar que hoje tem mais tempo do que a Sra. Goreth para cuidá-la. Além disso, ele afirma que possui melhor situação financeira para tal e pode manter a criança em uma escolinha enquanto está no trabalho, oportunidade em que ela poderá conviver com crianças de sua idade. Com base nisso, está requerendo a guarda de sua filha. A Sra. Goreth, que sempre sonhou ter filhos e exercer a maternidade, ressentiu-se com tal idéia e os conflitos entre esse par foram retomados. Frente à falta de entendimento, o juiz solicita que o caso deverá ser estudado.

Questões:

1. Que emoções lhe vêm ao ler esse caso?

2. Que dados você acha que um colega da SEPAF (psicólogo ou assistente social) veria como importantes nesse caso?

3. Que parecer você acha que esse colega daria para esse caso?

2. Entrevista Semi-dirigida com Roteiro:

- Que dificuldades/facilidades você acha que sua colega encontraria para elaborar o parecer para esse caso?
- Como seria o processo dessa colega para elaboração desse parecer?
- Que características pessoais do profissional você identifica como dificultadoras ou facilitadoras nesse processo de produção de parecer?

3. Complemento de Frases: (Formulário - APÊNDICE C)

APÊNDICE C – Complemento de Frases:

1. Eu gosto

2. Gostaria de saber

3. Lamento

4. No Tribunal

5. As mulheres

6. Não posso

7. Sofro

8. Fracassei

9. O sucesso

10. A leitura

11. Se os homens

12. O casamento

13. Algumas vezes

14. Minha preocupação principal

15. Desejo

16. Eu

17. Meu maior problema

18. A separação

19. Amo

20. Em relação às tarefas do trabalho, cabe a mim

21. Eu prefiro

22. Meu principal problema

23. Gostaria

24. Acredito que minhas melhores atitudes

25. Ser pai

26. Considero que posso

27. Diariamente me esforço

28. Sinto dificuldade

29. Ser homem

30. Meus maiores desejos

31. A guarda

32. Sempre quis

33. Eu gosto muito

34. Minhas aspirações são

35. Com freqüência sinto

36. Ser mãe

37. Minha vida futura

38. Farei o possível para conseguir

39. Com freqüência reflito

40. Esperam que eu

41. Dedico a maior parte do meu tempo

42. Sempre que posso

43. Me esforço

44. Ter filhos

45. As contradições

46. Minha opinião

47. Penso que os outros

48. O trabalho

49. Me incomodam

50. Ao me deitar

51. Os homens

52. As pessoas

53. Uma mãe

54. As crianças

55. A disputa

56. Quando tenho dúvidas

57. Ser mulher

58. A competição

59. Necessito

60. Minha satisfação

61. Detesto

62. Quando trabalho sozinha

63. Minha maior dificuldade

64. Estou melhor

65. Se trabalho

66. Me entristeço quando

67. Minha profissão

68. Minha equipe

69. Se as famílias

APÊNDICE D

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O SUJEITO 1

Pesquisa: Subjetividade dos Pareceres Psicossociais em Casos de Guarda na Justiça

Instrução: Essa entrevista inicia-se com a leitura de um caso hipotético, com situação conflitiva para você se posicionar. Leia com atenção o caso e procure responder às questões com as primeiras idéias que lhe vierem à cabeça. Esse caso não está sendo atendido por qualquer colega da SEPAF, é um caso fictício (caso no **APÊNDICE B**).

Questões:

1. Que emoções lhe vêm ao ler esse caso?

Respondeu apenas verbalmente, pois começou logo dizendo ser difícil definir se o que sentia em relação ao caso eram emoções. A transcrição está abaixo.

2. Que dados você acha que um colega da SEPAF (psicólogo ou assistente social) veria como importantes nesse caso?

O poder masculino – machismo, desqualificação da mulher, enquanto mãe, ciúmes do pai quando a mãe tem um namorado.

3. Que parecer você acha que esse colega daria para esse caso?

Deixaria, como sugestão, a criança com a mãe. Eu validaria o pai em seu papel de pai e, se eu ficasse convencida da sua preocupação real com a criança, sugeriria ficar com ele. Mas, a colega certamente tentaria, é claro, entender a dinâmica interacional da família, mas é quase certo que deixaria a criança na companhia materna.

Complementação verbal às questões sobre o Caso:

Fico pensando assim, de repente essa mãe tá querendo, eu acho que ela concorda com ele quando ele diz assim: “Não mais ela não está exercendo o papel de mãe porque ela deixa por conta dos pais dela e a sensação que me dá é que ela se sente segura, o sentimento que me vem é assim, de segurança pra ela de deixar a filha

com os pais dela e ela curtir a vida. E me dá a idéia um pouco assim, de que quem é solteiro faz isso, vai estudar ou vai trabalhar ou vai cuidar de suas coisas, mas tem esse apêndice aí que é a criança que tá muito bem resguardado, vamos dizer, com os pais dela, ela tem confiança e tal. Então assim, que tipo de emoção me desperta, eu acho que essa mãe ela busca se auto afirmar, não sei exatamente falar de emoção, mas isso me toca de alguma forma, porque na verdade na nossa sociedade é assim né, mãe é mãe, tem que ficar se dedicando ao filho, como se dedicar ao filho sem trabalhar, vem esse pai petulante aí e diz: “não, eu me organizo sim eu posso ficar um tempo com a criança.” Como se isso fosse assim muito tranqüilo.

Entrevistadora – Seu sentimento é em relação ao pai?

Sujeito – É porque ele diz assim, não eu dou conta, pode deixar, eu trabalho, mas eu me organizo pra estar com nossa filha, porque já que ela não tá dando conta, não tem nada que ficar com os pais dela.

Entrevistadora – E esse sentimento em relação ao pai seria o que?

Sujeito – (Ela faz uma expressão de preocupação, sopra, mostra dificuldade) Eu acho que ele meio que provoca ela, meio que desafia ela, desconsidera ela enquanto mãe, tem uma certa desconsideração aí: “não ela não tá exercendo o papel dela.” Então é como se ela não tivesse o direito de poder cuidar da vida pessoal dela e mesmo assim estar acompanhando o desenvolvimento da filha. Aí ele fica cutucando ela como se ela fosse incompetente. Eu não sei como nomear essas duas coisas, mas tudo isso mexe comigo porque ...(fica reticente).

Entrevistadora - O fato de ele querer desqualificá-la?

Sujeito – Eu acho. Embora ele com isso mostre assim: “Eu sou um paizão” Eu acredito até que ele possa ser mesmo. É importante estar validando esse pai, mas só que ele quer, mais uma coisa do tipo assim: “eu sou melhor que você.” Ao mesmo tempo eu acho isso. Tanto que está na Justiça pra poder brigar pela guarda e a mãe se sente incompetente porque, “poxa”, então agora eu não posso mais ficar com a minha filha”; mas por um outro lado tem um comodismo dela também de a criança estar com os avós dela. Mas ao mesmo tempo, “poxa” porque que a gente não pode se utilizar desse recurso, já que a gente tem. Porque sempre a mãe, sobrecarrega bastante.

Emoção? Eu acho que começou a mexer comigo a partir daqui, porque bateu comigo, com meu sentimento de mãe. Então, aí nessa hora eu fico porque é um conflito que eu vivo de me dedicar às minhas coisas, minhas questões pessoais de

estudo, de trabalho, enfim, e às vezes eu tenho que abrir mão, por conta dos meus filhos. No caso dessa mãe, ela realmente tem uma acomodação, porque os avós assumem essa parte. Ah, mas eu tava lendo e pensando assim: “poxa, mas que bom, né, que tem pais, então ela pode contar com os pais, ela pode sair à noite tranqüilamente, voltar a hora que ela quiser, sair direto do trabalho, sem problema nenhum e eu não posso fazer isso, eu não tenho a menor condição para isso. Então, se ela pode, porque não usufruir disso. Só não pode se acomodar nisso. Mas, me passa uma certa acomodação, não sei se é o discurso do pai na petição. Eu não sei como falar dessa emoção.

(ela não percebe que o tempo todo fala de sua emoção). Há um conflito muito grande nessa fala, ela refere que gostaria de ter essa possibilidade de contar com os pais, como a pessoa do caso, mas ao mesmo tempo, diz que há acomodação dessa mãe. Acredito que esse seja um conflito vivido na atuação: ficar entre o que está sentindo ou percebendo e o discurso da outra parte. Parece que o próprio tipo de caso acaba **partindo** o profissional, colocando-o dividido entre essas duas coisas.

Entrevista Semi-dirigida com Roteiro:

1. Que dificuldades/facilidades você acha que o profissional que atendesse a esse caso encontraria para elaborar o parecer?

Bom, primeiro teria que tentar entender a dinâmica de funcionamento dessa família aí. Parece que essa cara está com ciúmes dessa mulher depois que ela arrumou um namorado. Mas, como é isso, será que ela não tem direito de ter um namorado, não pode, tentaria checar isso. Embora aqui seja um contexto de disputa, às vezes a gente fica com dificuldade de exatamente entender o que está acontecendo. Essa mãe vai querer mostrar o melhor dela enquanto mãe e ele também vai querer mostrar a parte melhor dele enquanto pai, a preocupação que ele tem em relação à filha. Ele vai querer sempre denegrir sempre a imagem dela. Então, aí a gente teria que partir um pouco pra entender que história ela traz da família dela, e ele também que história traz da família dele, para poder entender porque isso está acontecendo hoje, o que é isso aí.

E o que eu acho mais difícil é isso: cada um vem mostrar o que tem de melhor e, no caso dele, denegrir a imagem dela enquanto mãe. E ela tentando se defender. Por mais que a gente tenha um discurso de que: “não aqui o juiz é que vai definir e ele é

que vai ver os elementos”, eles sabem que aqui eles estão sendo analisados. Então a gente tem que buscar técnicas, recursos pra poder dar mais espaço pra essas pessoas se mostrarem mais.

Entrevistador – Você acha que tem algum elemento mais dificultador ou mais facilitador pra resolução desse tipo específico de caso?

Sujeito – Talvez o que facilite seria a criança. Eu acho que quando a criança vem é que estará trazendo mais um elemento, de como é que ela está circulando nessa família o que ela demonstra em relação a pai, em relação a mãe, muitas vêm muito divididas e o que fica evidente muitas vezes é o sofrimento da criança que nessa circunstância aí acaba correndo para os avós, por exemplo. Ah, e tem mais uma coisa: esses avós como é, protegem essa menina que acabam protegendo essa mãe e liberando ou desqualificam essa mãe como mãe e acham que só eles é que podem? É outra coisa que tem que ver também.

2. Como seria o processo dessa colega para elaboração desse parecer?

Ela respondeu a essa pergunta juntamente com a primeira.

3. Que características pessoais do profissional você identifica como dificultadoras ou facilitadoras nesse processo de produção de parecer?

Quando eu li aí uma outra coisa que me passou pela cabeça, é a história assim: na parte da maternidade, quando ele começa a atacar, ele falar assim: “não mas é porque ela deixa com os pais dela, então eu posso...” Aí isso mexe comigo, aí eu fico assim, embora eu veja um certo comodismo da parte dela, aí eu penso assim: “quem não é mãe, como entender isso.” Eu não sei. Porque isso mexe comigo, mexe profundamente.

Entrevistadora – Quem não fosse mãe, você acha que dificultaria entender essa situação?

Sujeito - Quem é muito nova assim, o jovem mesmo que está fazendo o trabalho com família, que não tem muita experiência, que não tem essa relação com a maternidade, talvez um amadurecimento, eu fico pensando que talvez tivesse um pouco de dificuldade de ver isso que eu estou vendo, mas eu não sei dizer se isso é real.

Entrevistadora – E que elementos você diria que seriam facilitadoras, além da maternidade?

Sujeito – Ah eu acho que o amadurecimento da pessoa. Eu tiro por mim, não é, porque eu enquanto não fui mãe por mais que eu compreendesse, nunca era, nunca foi, a mesma coisa. E depois a falta de amadurecimento, para as coisas da vida mesmo. Eu acho que muita coisa eu não conseguia compreender, eu não conseguia de fato entrar na cor do outro. Mas tem muitos, eu vejo pelos estagiários, ao menos os que estão vindo aqui, eles conseguem perceber muita coisa sim. Eu sei que dessa parte da maternidade isso me chama... Na verdade eu até acho que de repente é um preconceito meu, mas a experiência que eu tenho com colegas ... Me lembro de ter conversado com uma delas exatamente sobre isso e ela ter falado assim: “ Não, eu não sou mãe, mas tem coisas que eu não consigo de fato ver, mas com a outra colega eu percebo que ela vê, assim como você vê, mas eu percebo outras coisas, por exemplo”. O trabalho não fica menos de jeito nenhum em absolutamente nada, mas é porque essa parte da maternidade eu acho que é um engate meu mesmo, coisas que eu tenho mal resolvidas, de repente, coisas que eu vivencio. Mas é na hora assim, a coisa vem (colocou muita ênfase), não é, falou aí das emoções, acho que a emoção vem porque mexe, eu não sei exatamente que emoção, mas “poxa” a gente tenta, a gente tenta conciliar trabalho, casa, filhos, não é fácil. (**Entrevistadora reflete** - Que conflito! – ela se coloca no lugar da pessoa do caso, parece agora se defender).

Sujeito - Embora de certa forma eu concorde com ele, parece que existe um comodismo da parte dela, se é que a coisa acontece da forma como ele trouxe. Porque eu, por exemplo, eu crio os meus filhos e eu não tenho a quem recorrer. Inúmeras vezes eu tive que deixar de fazer coisas, até hoje ainda é assim, não é o pequeno, é a do meio. Eu acho que vou ter que buscar ajuda, romper isso.

Entrevistadora – Você teria mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Sujeito – Não. Eu acho que complementou com essa última pergunta que você colocou agora. Quando me perguntou se um colega que estivesse atendendo o caso, que dificuldades ou facilidades teria. Aí eu penso nessa coisa assim, de quem é muito nova, de quem não tem filhos, eu sei que isso é um preconceito, porque de fato não tenho visto isso, mas (estou chamando de preconceito, não sei nem se é, porque não é uma coisa rígida), mas eu fico assim, como uma pessoa que não tem filhos, não tem um amadurecimento, não tem uma vivência, vai conseguir compreender isso. Mas isso é tão importante? É como essa colega falou: “não, de fato eu não percebi isso, mas eu percebi outras coisas.” E não é menos válido, é

porque mexe com cada um de acordo com... (Não completa a frase. **Reflexão da entrevistadora:** mexe de acordo com as vivências subjetivas de cada um).

APÊNDICE E

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O SUJEITO 2

Pesquisa Subjetividade dos Pareceres Psicossociais em Casos de Guarda na Justiça

Instrução: Essa entrevista inicia-se com a leitura de um caso hipotético, com situação conflitiva para você se posicionar. Leia com atenção o caso e procure responder às questões com as primeiras idéias que lhe vierem à cabeça. Esse caso não está sendo atendido por qualquer colega da SEPAF, é um caso fictício (caso no **APÊNDICE B**).

Questões:

1. Que emoções lhe vêm ao ler esse caso?

Incômodo com relação a suposta desigualdade na relação conjugal (diferenças sociais, distribuição de poder, papel da mulher).

2. Que dados você acha que um colega da SEPAF (psicólogo ou assistente social) veria como importantes nesse caso?

O efetivo exercício do papel parental, os riscos para a criança, a possibilidade de construção de acordo entre os pais, que beneficie a criança, o apoio das famílias de origem ou rede social das partes.

3. Que parecer você acha que esse colega daria para esse caso?

Acho difícil responder porque uma coisa é o que a leitura do caso ou dos autos nos suscita, outra é o contato com a família por meio do estudo psicossocial (entrevistas, visitas, etc.) que podem corroborar algumas percepções/hipóteses ou modificá-las. O parecer só é possível a partir do contato real com as famílias.

A entrevistada ficou bastante incomodada com o fato de ser-lhe pedido para imaginar um parecer para o caso sem ter realizado atendimentos. Disse que tudo ali seria hipótese. Nesse momento, esqueceu que deveria se colocar no lugar de outra pessoa e imaginar que parecer ele daria.

Disse sentir que seria mais fácil falar ao invés de escrever. Por isso, ao final da entrevista (após esse momento) foi dado espaço para que expressasse aquilo que tinha vontade de falar. – transcrição feita ao final.

Entrevista Semi-dirigida com Roteiro:**1. Que dificuldades/facilidades você acha que sua colega encontraria para elaborar o parecer para esse caso?**

Olha, eu acho que, a priori, é difícil saber que facilidades e dificuldades, dependeria de como a família se apresenta, então a partir da convocação dessas famílias é que as dificuldades e facilidades vão se mostrando. Então assim, se as famílias estão numa postura colaborativa, se elas vem aos atendimentos marcados, se elas não procuram manipular a equipe em termos de horários, atendimentos e outras manipulações que tentam, nos casos em que tem interferência de terceiros, que tentam manipulação. Aí eu acho que isso é mais revelador dessa dificuldade ou dessa facilidade.

Então, a princípio, sem o contato com a família, acho meio difícil saber que facilidades ou dificuldades o técnico iria ter. Porque quando a gente lê os autos é mais ou menos como isso aqui: uma coisa que é apresentada por um terceiro, no caso o advogado. Outra coisa é a percepção que você vai ter no contato com aquelas pessoas. Então isso é um ponto de partida. Eu acho importante ler os autos, saber que aquelas pessoas estão pedindo, estão pleiteando. Mas é no contato com aquela família é que você percebe o que ela está trazendo, no relato também que eles trazem, a forma como eles contam as histórias deles, acho que conta muito, a forma como se posicionam na sala, o não-verbal, o que eles expressam no não verbal. Então, eu acho difícil sem o contato com a família prever... Tem alguns casos que a gente prevê: "ah, esse caso aqui a gente vai ter dificuldade", mas esse caso aqui, não sei, não consegui sentir assim, que tivesse uma dificuldade específica pra estar fazendo o trabalho.

2. E você imagina como seria o processo dessa colega para elaboração desse parecer?

Sujeito - Se eu fosse fazer ou se outra pessoa fosse fazer?

Entrevistador - Se outra pessoa fosse fazer.

Sujeito - Eu acho assim: a partir dos atendimentos vai se configurando, você vai formando o quadro daquela situação, que às vezes no atendimento seguinte pode modificar, pode complementar, pode corroborar uma percepção sua lá, acho que vai formando esse quadro. Quando você tá com esse quadro formado, aí acho

que você se sente capaz de estar fazendo. Esse quadro formado seria a compreensão do caso, quando você consegue concluir uma análise do caso, uma análise que possa ser também útil ao juiz, porque o nosso trabalho é também fazer um parecer para o juiz. Talvez se fosse pra fazer uma análise de caso, pra um estudo teórico, talvez a gente tivesse que se aprofundar mais outras coisas, talvez fosse diferente, mas quando você consegue construir um quadro, uma compreensão daquela situação e a sua compreensão, a sua análise, pode favorecer a compreensão do juiz, aí eu acho que é possível fazer o parecer. Quando isso não tá concluído pra você, você pode até ter acabado os atendimentos com a família, os programados, mas se aquilo não tá elaborado dentro de você o parecer não sai. E essa é a experiência que eu tenho na minha posição de supervisora. Eu vejo, as vezes que a pessoa já terminou os atendimentos, tem é claro outras dificuldades, como ter agendado outro caso no horário que seria do parecer, que prejudica também, mas as vezes também tem esse tempo de elaboração interno, de formular essa compreensão e poder oferecer, porque se você não tá compreendendo, como você vai passar.

3. Que características pessoais do profissional você identifica como dificultadoras ou facilitadoras nesse processo de produção de parecer?

Não consigo, é... por exemplo, nos casos de abuso sexual eu identifico que todo mundo (refere-se à equipe) tem dificuldade de estar fazendo o estudo e às vezes nem tanto de fazer o parecer, mas de fazer o estudo psicossocial, porque é um tema que mobiliza muito, que a primeira reação das pessoas é assim: “ai vontade de evitar isso daí, de não ter que fazer.”

Então eu acho que tem um pouco..., eu acho também que dá uma reação certa reação negativa na equipe quando tem esses casos que as pessoas tentam manipular. Isso dá uma reação negativa. As pessoas ficam com um pouco de “irk” de má vontade com esses casos ou aqueles casos que vêm muito recomendados, que vêm: “Ah, fulano que conhece pediu pra dar prioridade.” Parece assim, que quando começa assim, parece que a equipe já faz assim: “Ah! Meu Deus que saco!” Porque se sente meio que pressionada a dar um atendimento especial, ou uma atenção especial, e assim já vê com má vontade esses casos, quando esse tipo de situação acontece.

Agora, assim das pessoas, eu não sei, são situações muito variadas, a gente tem procurado não especializar ninguém em determinado tema, até mesmo a questão do abuso, por mais que seja difícil ao profissional, meio que se força um pouco a barra: Não você dá conta, faz assim ou faz desse outro jeito, sabe, assim meio socializado, pra que todo mundo possa ter as mesmas experiências. Antes quando V. (uma colega que foi para outra equipe) estava aqui, meio que ficava um pouco a cargo dela esses casos de abuso e acho que era mesmo uma forma de a gente ficar evitando: “não porque tem uma pessoa que é especialista, que já sabe, vamos deixar nas mãos dela.” Mas eu acho que isso não estava sendo bom pra gente estar crescendo, pra gente estar aprendendo outras coisas, com esses casos. Então, tenho procurado distribuir de forma bem aleatória mesmo os casos de abuso, sem estar escolhendo um perfil. O que se tem procurado também é quando se passa casos que são com estagiários, passar os casos em que o estudo é parcial ou que a priori parecem mais simples ou que não tenha litígio ou que são acordos ou que só vai ser feito o estudo só com uma parte.

Entrevistadora – Quando você passava só pra V. você percebia alguma reação dela?

Sujeito – Não, ela gostava mais dos casos de abuso do que desses casos de litígio em que pai e mãe estavam muito equilibrados na disputa. Ela manifestava incômodo muito maior nos casos em que ela tinha que ser o fiel da balança, ter que pender para um lado ou para o outro e... do que propriamente com os casos de abuso.

Eu vejo às vezes um incômodo na equipe com essa questão de ter que se posicionar. Se posicionar, por exemplo, para o pai ou para a mãe. Ter que sugerir uma reversão de guarda, uma mudança de guarda. Essa discussão é uma discussão que volta e meia vem à tona: Ah, mas a gente tem mesmo que sugerir, é nosso papel mesmo sugerir, será que a gente não deveria fazer um parecer sem estar sugerindo, e meio na linha do que os conselhos estão também apontando, de que a gente não entrasse no mérito da ação, da questão. Mas às vezes é importante estar se posicionando por conta da proteção da criança. Aí talvez ficasse mais fácil, quando a coisa é mais escancarada, quando um dos pais é muito nocivo, é muito prejudicial, aí fica mais fácil. Mas, quando a coisa é muito equilibrada, aí a equipe reage, é como se ela se sentisse pressionada a ter que dar uma sugestão para o juiz, mas ao mesmo tempo, ela não acha que isso é papel dela, papel dela é de assessorar e o papel da decisão cabe ao juiz, mas eu vejo às vezes que as pessoas

ficam com dificuldade de fazer essa passagem – fazer um parecer dizendo tudo que elas entendem, que elas têm que dizer, sem se posicionar.

Entrevistadora - Mais alguma coisa, que você gostaria de acrescentar?

Sujeito – Essa parte das emoções (primeira questão sobre o caso). Eu botei assim: um incômodo com relação a suposta desigualdade na relação conjugal, com essas diferenças sociais que aí não ficaram muito claras quem é o “bam bam bam”, a família materna ou família paterna, parece que é mais o pai, não é? A família paterna, seria socialmente mais elevada, não sei, fiquei com essa hipótese, teria que confirmar com a família. Com relação a distribuição do poder dentro do casal, o papel da mulher. Então, tudo isso dá um certo incômodo, não chega a ser uma emoção muito forte, uma raiva, porque às vezes tem casos que dá, você vê um situação de abuso, tem lá a descrição do que aconteceu com a criança, aquilo ali dá raiva, dá nojo, dá vômito, dá um mal estar, são emoções muito mais fortes, primitivas. Essa não, deu assim um certo incômodo com relação a isso.

Com relação aos dados que seriam importantes no caso (segunda questão acerca do caso), coloquei o efetivo exercício do papel parental pelos pais, pai e mãe, os riscos que porventura a criança pudesse estar em relação ao exercício dessa parentalidade, a possibilidade de uma construção de acordo entre os pais, que beneficie a criança, que a gente trabalha muito nessa linha, de tentar ver: “então o que que..., tudo bem, o que o Senhor pode, o Senhor tem uma situação financeira melhor, o Senhor pode pagar uma escolinha, então porque que a criança já não está na escolinha?” (refere-se ao caso, onde o pai alega isso). Precisa ter a guarda da criança para botar na escolinha, isso é uma coisa muito comum, não é? Eles sempre colocam muito isso, então a gente procura sempre trabalhar muito no sentido de que independente de onde a criança vá residir, e aí eu acho que facilita o nosso trabalho, porque deixa a decisão com o juiz, independente da decisão que vá fazer, o que cada um (pai e mãe) podem estar contribuindo em benefício dessa criança, para que seja saudável, que possa usufruir de tudo que ela tem direito, tudo que os dois podem oferecer.

Uma outra coisa seria também nessa linha de investigar como é que está o exercício da parentalidade, ver como é que está o apoio das famílias de origem de cada um, da rede social, que as vezes a pessoas não tem família, na cidade, mas tem uma rede social que auxilia nos cuidados com a criança. Então, isso também é importante também a gente estar investigando, sabendo.

E que parecer você acha que o profissional daria para esse caso, acho uma pergunta super difícil de responder porque é o que eu estava falando, você pode levantar algumas hipóteses, mas não pode se aferrar a elas, uma coisa é o que está escrito, o que o advogado coloca, outra é o que você está vendo ali com a família. Então, a mesma coisa, esse caso está sendo descrito por um terceiro, então o que tem desse terceiro na descrição do caso também, poderia se perguntar. Então eu acho que o contato com a família é que vai poder, realmente, lhe dar segurança pra você elaborar um parecer, porque não é uma atividade tão fácil. Para se sentir segura é só mesmo no contato com a família, as entrevistas, as visitas, tudo que o estudo psicossocial, que você enquanto técnico, entende precisa ser feito, visita à escola, tudo que for necessário. Então, é nesse contato com a família que algumas percepções e hipóteses que você pode até ter levantado durante a leitura dos autos, do caso, que você pode confirmar ou refutar.

Acho que o parecer só é possível a partir do contato real com essas famílias, não é possível elaborar um parecer somente com a leitura dos autos, acho que essa leitura auxilia, é ponto de partida, mas não pode prescindir dos atendimentos e até de um número de atendimentos possível pra você compreender, porque as vezes, pode estar com a agenda tão apertada que tenha que fazer um único atendimento e pode não conseguir abarcar a compreensão do caso e esses casos são de uma complexidade muito grande, precisa de aprofundar mais.

APÊNDICE F

COMPLEMENTO DE FRASES –SUJEITO 1

Complete as frases:

1. **Eu gosto** *de dormir, de laranja, de bolos, de comer, de vestir, de passear, de ler, de estudar.*
2. **Gostaria de saber** *como são as coisas do mundo; o que as pessoas pensam; o que as pessoas pensam fazem.*
3. **Lamento** *muito não poder fazer certas coisas; não estar aqui.*
4. **No Tribunal** *de contas e de justiça há de se fazer justiça e de haver acerto de contas.*
5. **As mulheres** *são o máximo, lutadoras, batalhadoras, importantes, bonitas, sofisticadas, bacanas.*
6. **Não posso** *fazer o que não é possível; bacana; o que está fora do alcance.*
7. **Sofro** *muito com tudo isso; bacana; legal; quando tenho que sofrer.*
8. **Fracassei** *quando desisti de fazer algo que nem tentei; quando achei que dava e não fui; quando tentei e desisti.*
9. **O sucesso** *está ao meu alcance; ao alcance de todos é só batalhar.*
10. **A leitura** *é ótima; é fresquinha; acrescenta experiência, conhecimento.*
11. **Se os homens** *fossem menos maus; menos moles; menos ridículos; menos convencidos, acredito que o mundo seria melhor.*
12. **O casamento** *polonês; japonês; irlandês, javanês embora de culturas diferentes refere-se a pessoas, sonhos, sofrimentos, sentimentos.*
13. **Algumas vezes** *luto para conseguir algo realmente importante para mim.*
14. **Minha preocupação principal** *conseguir acertar, vencer, estudar, aprender, aceitar, lutar por um espaço de reconhecimento por mim mesma.*
15. **Desejo** *conseguir acertar, vencer, estudar, aprender, aceitar, lutar por um espaço de reconhecimento por mim mesma.*
16. **Eu preciso acreditar** *que sou capaz de muito mais e confiar em mim.*
17. **Meu maior problema** *não confiar em mim e ser insegura.*
18. **A separação** *traz muita dor, mas amadurecimento também.*
19. **Amo tudo,** *a natureza, a mim mesma, meu marido, meus filhos.*
20. **Em relação às tarefas do trabalho,** **cabe a mim** *cumprir minha tarefa, minha obrigação, se puder, ampliar ainda mais.*
21. **Eu prefiro** *desistir de tudo às vezes, lutar pelo meu espaço, lutar para ser feliz.*
22. **Meu principal problema** *remar contra a correnteza às vezes.*
23. **Gostaria de batalhar** *ainda mais pelas coisas da vida; de lutar pelo que é meu; de ser menos passiva.*
24. **Acredito que minhas melhores atitudes** *são as melhores possíveis naquele ou no momento em que acontecem.*

25. **Ser pai** é muito duro, é difícil.
26. **Considero que posso lutar por aquilo que quero.**
27. **Diariamente me esforço** para vencer minhas dificuldades; para considerar o que faço importante.
28. **Sinto dificuldade** de escrever sobre dificuldade já que sempre tento supera-la.
29. **Ser homem** é bom, prazeroso, honroso, é ser digno de valorizar o homem e a natureza.
30. **Meus maiores desejos** lutar pelo meu espaço de reconhecimento; vencer minhas dificuldades.
31. **A guarda do outro** não é fácil; do outro é manter-se em guarda.
32. **Sempre quis** lutar por aquilo que quero; vencer as dificuldades.
33. **Eu gosto muito** de picolé; de sorvete, de espreguiçar.
34. **Minhas aspirações** são iniciar e concluir o mestrado.
35. **Com frequência** sinto falta de algo.
36. **Ser mãe** é batalhar para atender as necessidades dos filhos; é algo muito importante.
37. **Minha vida futura** é cheia de esperanças, de sol, de brilho.
38. **Farei o possível para conseguir** passar na prova de mestrado e concluí-lo posteriormente.
39. **Com frequência reflito** sobre mim mesma; minhas atitudes; se fiz o melhor que podia e sou (acho) altamente crítica comigo mesma.
40. **Esperam que eu alcance o resultado;** dê mais de mim; seja melhor do que sou.
41. **Dedico a maior parte do meu tempo** Buscando vencer as dificuldades; tentando ser melhor a cada dia.
42. **Sempre que posso** tento manter a calma; tento deixar de ser tão ansiosa ou/e apressada.
43. **Me esforço** bastante para vencer os obstáculos (insegurança especialmente).
44. **Ter filhos** é a melhor coisa do mundo; bom vê-los crescer; é aprender com eles.
45. **As contradições da vida** não são nada fáceis; é necessário aprender a conviver com elas.
46. **Minha opinião** nem sempre é ouvida, atendida, ou entendida; nem sei se eu a ouço.
47. **Penso que os outros** são sempre melhores em tudo; mas tenho esquecido de que são gente e que erram também.
48. **O trabalho** é exaustivo; perigoso; importante; imponente; dignificante.
49. **Me incomodam** as pessoas que nada fazem, só criticam; falar mal dos outros.
50. **Ao me deitar** relaxo e durmo; sonho às vezes; descanso também.
51. **Os homens** são lutadores, batalhadores, são infiéis; são não confiáveis.
52. **As pessoas** lutam por aquilo que querem, mas às vezes passam por cima de outras.
53. **Uma mãe** é boa; tranqüila; doadora; é incomparavelmente melhor que outra.
54. **As crianças** sofrem; sentem dor; são espertas; lutam pelo que querem.
55. **A disputa de poder** é poderosa; é terrível; às vezes é olho por olho.

56. **Quando tenho dúvidas** *procuro ajuda de alguém, mas antes gostaria de me ouvir.*
57. **Ser mulher** *é ser forte; é ser gente; é lutar pelo que quer.*
58. **A competição** *não é fácil; traz vingança às vezes.*
59. **Necessito** *de água; luz; comida; ser forte; impor coisas a mim mesma; ser livre; nadar; vencer obstáculos; superar a mim mesma; voar.*
60. **Minha satisfação** *é poder fazer o que quero; é conseguir o que quero.*
61. **Detesto** *coisa ruim; azeda; amarga.*
62. **Quando trabalho sozinha** *acho bom e acho ruim; me concentro melhor ou não; às vezes preciso de ajuda.*
63. **Minha maior dificuldade** *é conseguir o que quero, vencer os obstáculos.*
64. **Estou melhor** *a cada dia, a cada momento.*
65. **Se trabalho** *muito fico cansada; em pé meus pés doem.*
66. **Me entristeço quando** *alguém morre; o céu ta nublado; quando sofro e não sei porque.*
67. **Minha profissão** *é maravilhosa; é boa; ajuda as pessoas e a mim mesma.*
68. **Minha equipe** *é linda; é maravilhosa; me traz surpresas às vezes.*
69. **Se as famílias** *fossem melhores, mais felizes, o mundo seria melhor e mais feliz.*

APÊNDICE G

COMPLEMENTO DE FRASES DO SUJEITO 2

Complete as frases:

1. **Eu gosto** *da minha família, de ler, de me divertir.*
2. **Gostaria de saber** *porque estamos sempre correndo;*
3. **Lamento** *“não cultivar tanto as amizades quanto deveria”;*
4. **No Tribunal** *“nem sempre é possível fazer aquilo a que nos propomos”;*
5. **As mulheres** *“em geral são mais sensíveis que os homens.”;*
6. **Não posso** *“dizer tudo o que penso.”;*
7. **Sofro** *“quando penso na guerra.”;*
8. **Fracasei** *algumas vezes mas continuo buscando.*
9. **O sucesso** *“é uma sensação de bem estar com aquilo que se vive.”;*
10. **A leitura** *me acalma e me ajuda a pensar.*
11. **Se os homens** *“fossem mais solidários com suas esposas/companheiras muitos casamentos não acabariam.”;*
12. **O casamento** *“é uma oportunidade incrível da gente virar gente grande.”;*
13. **Algumas vezes** *“fico cansada, muito cansada.”;*
14. **Minha preocupação principal** *“é proteger e dar segurança para meus filhos crescerem saudáveis.”;*
15. **Desejo** *“ter uma vida mais equilibrada.”;*
16. **Eu** *“prefiro ser essa metamorfose ambulante.”;*
17. **Meu maior problema** *“é ser muito auto-exigente.”;*
18. **A separação** *“é muito triste mesmo quando de comum acordo.”;*
19. **Amo** *“meus filhos de todo o coração”.*
20. **Em relação às tarefas do trabalho, cabe a mim** *“supervisionar, delegar/distribuir, negociar com a chefia.”;*
21. **Eu prefiro** *os finais de semana e as férias.*
22. **Meu principal problema** *“é querer tudo muito certinho.”;*
23. **Gostaria** *De ser mais relaxada, menos estressada;*
24. **Acredito que minhas melhores atitudes** *“aparecem quando evito reclamar e aumentar os problemas”;*
25. **Ser pai** *“não é de uso diário.”;*
26. **Considero que posso** *“contribuir no meu trabalho.”;*
27. **Diariamente me esforço** *para fazer tudo que preciso;*
28. **Sinto dificuldade** *“com situações que as pessoas não usam o bom senso e não te escutam.”;*
29. **Ser homem** *“às vezes é ser egoísta.”;*
30. **Meus maiores desejos** *“saúde e paz.”;*

31. **A guarda** “*de filhos é sempre uma questão delicada.*” ;
32. **Sempre quis** “*ter marido, filhos e ser uma profissional bem sucedida.*”;
33. **Eu gosto muito** “*de ler.*”;
34. **Minhas aspirações são** “*ter sossego (no momento).* “;
35. **Com frequência sinto** “*sinto desânimo.*”;
36. **Ser mãe** “*é padecer no paraíso.*”;
37. **Minha vida futura** “ *é construída no dia-a-dia.* “;
38. **Farei o possível para conseguir** “*levar uma vida saudável e produtiva* “.;
39. **Com frequência reflito** “*sobre Deus.*”;
40. **Esperam que eu** “*faça as coisas mais chatas do mundo sem reclamar.*”;
41. **Dedico a maior parte do meu tempo** “*a minha família e trabalho.*”;
42. **Sempre que posso** *leio alguma coisa.*
43. **Me esforço** “*para ser mais paciente, calma e organizada.* “;
44. **Ter filhos** “*foi a melhor coisa que fiz.* “;
45. **As contradições** “*da vida e de mim mesma estão sempre presentes.*“;
46. **Minha opinião** “*nem sempre é levada em conta.*”;
47. **Penso que os outros** “*são iguais a mim, mas sempre me engano: todo mundo é diferente.*“;
48. **O trabalho** “*me dá mais preocupação do que deveria.*”;
49. **Me incomodam** “*a burrice, a mesquinharia e a melancolia.*”;
50. **Ao me deitar** “*rezo e penso no dia que passou. Às vezes penso no dia seguinte também.*”;
51. **Os homens** “*podem ser encantadores quando querem.*”;
52. **As pessoas** “*.sempre sabem mais sobre o viver do que acreditam*”;
53. **Uma mãe** “*às vezes tem que ser egoísta.*”;
54. **As crianças** “*são mais inteligentes e maduras do que a maioria pensa*”;
55. **A disputa** “*desleal pode provocar danos graves aos envolvidos.*”;
56. **Quando tenho dúvidas** “*procuro ler, pensar, conversar com outras pessoas*”;
57. **Ser mulher** “*às vezes dói.*”;
58. **A competição** “*pode levar você a melhorar.*”;
59. **Necessito** “*ter um tempo só para mim.*”;
60. **Minha satisfação** “*aumenta quando tenho a sensação do dever cumprido.*”;
61. **Detesto** “*gordura, mesquinharia, burrice e falta do que fazer.*”;
62. **Quando trabalho sozinha** “*me concentro mais nos detalhes.*”;
63. **Minha maior dificuldade** “*é manter a calma nas adversidades cotidianas (coisas de menos importância).*“;
64. **Estou melhor** “*agora do que no ano passado.*“;
65. **Se trabalho** “*além da conta (do horário) não produzo bem.*”;
66. **Me entristeço quando** “*vejo imagens de guerra, violência, miséria.*”;
67. **Minha profissão** “*é uma montanha russa.*”;

68. **Minha equipe** “*é muito experiente e profissional.*”;
69. **Se as famílias** “*pudessem facilitar a vida de seus membros.*”.

Referências Bibliográficas:

- Applewhite, A.(1998). *Coragem para ser feliz: quando a separação é uma ousadia necessária*. (A. Sauer, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco. (original publicado em 1997).
- Brasil. Corregedoria Geral de Justiça. (2004). *Provimento Geral da Corregedoria*. Portaria CG. n.278. Brasília, Diário da Justiça, 16/02, Seção 3, Fl. 26.
- Cezar-Ferreira, V. A. da M. (2004). *Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica*. São Paulo: Método.
- Coimbra, J. C. (2004). Algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e da juventude. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24 (2), 2-13. Retirado em 16/04/2005, do CFP (Conselho Federal de Psicologia), <http://www.pol.org.br>.
- Corrêa, V. M. & Andrade, E.C.M.R. (2004). Reflexões sobre Pareceres Psicossociais em Processos de Guarda de Filhos. Em Conselho Federal de Serviço Social (Org.). ANAIS eletrônicos de comunicações científicas, 11º *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Fortaleza: CFESS -CRESS 9ª Região – ABEPSS e ENESSO. Disponível em CD Rom. Produzido por CD ROM Multimídia.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 8 ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (2003). *Vícios metodológicos*. Brasília: UnB. 12 f. Retirado em 14/03/2005, do Pedrodemo.blog.uol.com.br.
- Falcke, D. (2002). Mães e madrastas: quem são essas personagens? Em A. Wagner (coord.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. (pp.77-92). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, F., Luft, C. P. & Guimarães, F. M. (2001). *Dicionário Brasileiro Globo*. 55 ed. São Paulo: Globo.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Aurélio século XXI: O Dicionário da língua portuguesa*. (3 ed. Rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- González Rey, F. L. (1996). *Problemas epistemológicos de la psicología*. Havana: Editorial Academia.

- _____ (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- _____ (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning. (original publicado em 1999).
- _____ (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- _____ (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. (V. L. Mello Joscelyne, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- González Rey, F. L. & Mitjans Martínez, A. (1989). *La personalidad: su educación y desarrollo*. Habana: Pueblo y Educación.
- Grisard Filho, W. (2002). *Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 2 ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Grzybowski, L. S. (2002) Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de famílias. Em A. Wagner (coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. (pp.39-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite, E. O. (2003). *Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal*. (2 ed. Rev., atual e ampl.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Lima, H. G. D. & Campos, N. M. V. (2003) A importância da subjetividade nos processos de família: a desconstrução da disputa. Em H. G. D., Lima (coord.), *Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da justiça* (pp.181-189). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- Magalhães, S. M. (2001). Atendimento X Elaboração do laudo social: o contraditório da justiça, ao vivo e a cores, nas formas de comunicação forense. Em Conselho Federal de Serviço Social (Org.). ANAIS eletrônicos de comunicações científicas, 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro: CFESS - CRESS 7ª Região – ABEPSS e ENESSO. Disponível em CD Rom. Produzido por Comunica - Agência de Comunicação.
- McGoldrick, M. (1995). As mulheres e o ciclo de vida familiar. Em B. Carter, M. McGoldrick & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (M. A. V. Veronese,

trad.). (pp. 30-64). 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1989).

Marques, M. O. (2003). *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 4 ed. Ijuí, RS:Unijuí.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (original publicado em 2000).

Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica*. Brasília: Editora Plano.

Pereira do Lago, M. G. & Barbosa, E. G. (2001). Guarda jurídica de crianças e adolescentes: uma estratégia de sobrevivência frente à crise de desemprego e suas conseqüências na organização da família. Em Conselho Federal de Serviço Social (org.). ANAIS eletrônicos de comunicações científicas, 10^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro: CFESS -CRESS 7^a Região – ABEPSS e ENESSO. Disponível em CD Rom. Produzido por Comunica Agência de Comunicação.

Ribeiro, R. (2003). Reflexões pós modernas acerca do psicólogo no contexto da justiça. Em H. G. D., Lima (coord.), *Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da justiça* (pp.46-60). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Rodrigues, D. M. & Lima, H. G. D. (2003). Intervenções sistêmicas em um contexto de decisão. Em H. G. D. Lima (coord.), *Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da justiça* (pp.21-44). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Rotter, J. B. (1967). *Psicologia clínica*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (original publicado em 1964).

Santos, J. A. C. & Lima, H. G. D. (2003). O Ritual e a justiça na construção de um caminho de ajuda. Em H. G. D. Lima (coord.), *Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da justiça* (pp.157-178). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Silva, D. M. P. (2003). *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com direitos nas questões de família e infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Stein, R. M. (1994). Da liberação da mulher à liberação do feminino. Em C. Zweig (Org.), *Mulher em busca da feminilidade perdida*. (V. P. Assis, Trad.). São Paulo: Gente. (original publicado em 1990).

Suplicy, M. (1984). *A condição de mulher: amor - paixão - sexualidade*. São Paulo: Brasiliense.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes.